

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 398/2012	2
	Atos Legislativos	
	Projeto de Decreto Legislativo nº 009/2012	2
	Ata da 2141ª Sessão Ordinária	2
	Ata da 2084ª Sessão Ordinária na Íntegra	3
	Ata da 2133ª Sessão Ordinária na Íntegra	11

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 398/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ELRILENO PACHECO ROSA, Assistente Especial II Mesa Diretora**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 17.09 a 21.09.2012, com a finalidade de participar do Curso sobre Processo Legislativo junto a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de setembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO JUCÁ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/12

**Declara de Utilidade Pública a
Ordem dos Ministros
Evangélicos de Roraima - OMER.**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, a **Ordem dos Ministros**

Evangélicos de Roraima - OMER, CNPJ nº 03.543.064/0001-27, fundada em 07 de dezembro de 1999 e sediada à rua José Aleixo, 1.889, bairro Asa Branca, nesta capital.

Parágrafo único. À entidade a que se refere o **caput** deste artigo são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2012.

RODRIGO JUCÁ

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatro de setembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quadragésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsler Renier, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Projeto de lei s/n, de 31/08/12, de autoria da Mesa Diretora, que cria o Centro de Informações e Memória da Assembleia Legislativa e da Fundação Rio Branco e dá outras providências. Indicação s/n, de 29/08/12, do deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso à Vicinal II Sumaúma, no município do Cantá (BR-174). Indicação s/n, de 31/08/12, do deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso à Vicinal Sumaúma, no município de Mucajaí (BR-174). Memo nº 080/12, de 31/08/12, do deputado Brito Bezerra, solicitando que desconsidere a indicação s/n do dia 29/08/12, que se encontra com erro material. Proposta de Emenda Constitucional s/n, do deputado Rodrigo Jucá, acrescenta-se o Art. 20-G a Constituição do Estado de Roraima, que versa sobre as modalidades de ingresso nas companhias estaduais. Indicação s/n, de 29/08/12, do deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso à Vicinal II e III da Vila Campos Novos, no município de Iracema (BR-174). TRIBUNAL DE JUSTIÇA: Ofício nº 168/12, de 29/08/12, encaminhando minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a Organização do Quadro do Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado. EXTERNO: Carta Circular 043/12, de 23/07/12, do Lions Clube Internacional Distrito LA-1, vem respeitosamente colocar a disposição nossos contatos junto a esse órgão, para que no futuro próximo possamos contribuir com nossos serviços voluntários e desinteressados. Ofício Circular 023/12, de 14/08/12, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, encaminhando material de divulgação da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Ofício nº 435/12, de 27/08/12, do Ministério Público de Contas, encaminhando Projeto de Lei Complementar, relativo à Organização, Atribuições e Estatuto do ministério Público de Contas do Estado de Roraima. Ofício nº 20/12, de 28/08/12, da Comissão Multiprofissional da Saúde, que sensibilize com o clamor das categorias da área da Saúde. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Joaquim Ruiz iniciou manifestando sua insatisfação com as críticas feitas pelo prefeito do município de Iracema quando lhe atribuiu a culpa pela sua má gestão, lhe responsabilizando pela não conclusão das obras daquele município. De acordo com o Parlamentar, as obras foram iniciadas na sua gestão, quando prefeito daquele município, e deveriam ser concluídas pelo atual prefeito e não abandonadas. Em seguida, informou que o referido prefeito o acusou de ter arrombado aquela prefeitura, ressaltando que estava apenas zelando e fiscalizando o patrimônio público. Prosseguindo, informou sobre irregularidades nos processos licitatórios daquele município, citando como exemplo o processo para aluguel de um caminhão, no valor de 276 mil reais, de uma pessoa que não tem sequer uma bicicleta; além do aluguel de van, processo com dispensa de licitação, no valor de 32 mil reais para empresa da tia, do tio e do irmão da primeira dama, ressaltando que a denúncia já foi feita pela

Câmara Municipal ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas e aguarda providências desde o ano passado. Continuando, manifestou sua indignação ao se referir sobre a expedição de mais de 100 alvarás para táxis do município de Iracema, afirmando que se somado os carros e as carroças de Iracema não atinge 100 veículos. Segundo o Senhor Parlamentar, o Vereador Nilson, responsável pelo SIRETRAN daquela comunidade, age em conluio com aquela Prefeitura, afirmando que o referido Vereador recebeu 250 reais referente a primeira parcela de IPVA de um cidadão e não fez o parcelamento, destacando que isso ocorre com frequência em Iracema, mas a maioria das pessoas não tem coragem de denunciar. Continuando, frisou que o vereador Nilson não pode concorrer às eleições, uma vez que, não se afastou do cargo de presidente da cooperativa e continua expedindo alvarás e comandando o SIRETRAN de forma corrupta. Finalizou, ressaltando a importância de se preservar o patrimônio público e que é inaceitável um ex-presidiário continuar na vida pública prejudicando a sociedade. O Senhor Deputado Erci de Moraes iniciou lamentando o episódio envolvendo o Deputado Joaquim e o Vereador Nilson, como também, a posição da Câmara Municipal de Iracema, que transformou um assunto administrativo em político, que na sua opinião, não edifica e nem constrói a democracia. Prosseguindo, o Senhor Deputado, reportou-se a uma Emenda à Medida Provisória que atenuaria o efeito devastador das veredas que se levadas ao pé da letra, deixariam Roraima com menos de vinte por cento de seu lavrado com capacidade de serem explorados. Contudo, o Senhor Parlamentar, ressaltou que apesar da Comissão Especial ter acatado as sugestões do Doutor Daniel Gianllupi, técnico de extrema competência, qualificação e bom senso, a Ministra do Meio Ambiente o tratou com descompostura. Segundo o Senhor Parlamentar, é preciso que esta Casa, mobilize a Banca Federal do Estado para que fiquem atentos enquanto tramita essa Medida Provisória, colocando acima de suas divergências políticas e pessoais o Estado de Roraima. Finalizou dizendo que esse é o momento de ultrapassar a barreira que há tantos anos vem atrapalhando o desenvolvimento do Estado. O Senhor Deputado Flamarion Portela iniciou reportando-se às atividades desta Casa ressaltando a realização do Seminário da Saúde Pública de Roraima, que segundo o Senhor Parlamentar, foi o Seminário com maior participação e um dos pontos discutidos foi a elaboração do plano de cargo, salário e carreira daqueles trabalhadores. Porém, passado um ano da aprovação da lei 809/11, onde esse Poder, sob pressão do Ministério Público, deu prazo de um ano para que aqueles aprovados em processo seletivo pudessem trabalhar até a realização do novo concurso público, mas até agora não chegou a esta Casa nenhum projeto referente aos trabalhadores de saúde e novamente, para que a saúde não pare, este Poder aprovou a lei nº 888/12 onde concede mais um ano para que aqueles trabalhadores continuem desenvolvendo suas atividades. Prosseguindo, reportou-se a proposta de reajuste de 150% aos médicos, ressaltando que mesmo com o aumento, o salário em relação ao dos Procuradores, Promotores, Defensores entre outras categorias, é muito baixo, não sendo admissível um profissional que trabalha dia e noite salvando vidas ganhar menos do que os profissionais que só trabalham um período e lamentou que a proposta não contemple todas as categorias, uma vez que o trabalho é realizado por uma equipe e esta Casa defende um plano que atenda a todos. Finalizou manifestando sua preocupação em discutir nesta Casa um plano que atenda apenas aos médicos e os demais profissionais fiquem esquecidos, e a saúde possa entrar em caos. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para pauta da Ordem Do Dia a discussão e votação em turno único do Requerimento nº 12/12, de Interposição de Recurso, contra o parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 086/11, de autoria do Deputado Jânio Xingú, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas vencedoras de licitação pública no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem até 5% do total de vagas existentes na contratação de obras e serviços públicos aos sentenciados e dá outras providências”; do Requerimento nº 13/12, de Interposição de Recursos, contra o parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 05/12, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que “Dispõe sobre o cumprimento de obrigações contraídas no âmbito da Administração Estadual Direta e Indireta e dá outras providências”; do Requerimento nº 032/12 de autoria de vários Deputados, convocando para serem ouvidos na Comissão Especial criada através da Resolução nº 014 a Diretora Presidente da CERR, os Secretários de Estado da SEFAZ, da SEPLAN, da SEINF e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos e apresentar Plano de aplicação dos recursos financeiros constantes da

Mensagem Governamental nº 036, de 20/08/12 – Programa PROINVEST e em conjunto apresentar o instrumento que indique a capacidade de endividamento do Estado e do Senhor Orlando Rodrigues Martins Júnior, Secretário de Estado Extraordinário de Apoio a Gestão Integrada, na Comissão Especial; do Requerimento nº 33/12 de autoria de vários Deputados, requerendo a criação da Comissão Especial Externa para acompanhar o processo de liquidação do extinto Banco do Estado de Roraima – BANER junto ao liquidante; do Requerimento nº 34/12 de autoria de vários Deputados, requerendo a criação da Comissão Especial Externa para acompanhar processo de licitação de transporte escolar junto à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desportos. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 12/12. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi aprovado com 21 votos favoráveis e nenhum contrário. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 13/12. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi aprovado com 22 votos favoráveis e nenhum contrário. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento de nº 32/12. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi aprovado. Continuando, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento de nº 33/12. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi rejeitado com 14 votos não e 6 sim. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 34/12. Colocado em discussão e votação o Requerimento foi rejeitado por 12 votos contrários e 8 favoráveis. Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia. O Senhor Presidente suspendeu a Sessão informando que seria reaberta às quatorze horas. Após o tempo estipulado o Senhor Presidente reabriu a Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 11, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.

Aprovada em: 11/09/2012

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

= PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA =

ATA DA 208ª SESSÃO, EM 20 DE DEZEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo. nº 297/11, de 15/12/11, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 14/12/11;

Projeto de Resolução Legislativa s/nº, de vários Deputados, criando na estrutura da Assembleia Legislativa o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor – PROCON ASSEMBLEIA, e altera a Resolução Legislativa nº 009/2011, de 06/07/11, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa

do Estado de Roraima, e dá outras providências.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 054, de 15/12/11, comunicando o veto do Projeto de Lei Complementar nº 26/11, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 164, que reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima e estabelece competência e estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira”;

Mensagem Governamental nº 055, de 15/12/11, comunicando o veto do Projeto de Lei Complementar nº 85/11, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “dispõe sobre a reorganização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira e de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

EXTERNOS:

Ofício Circular nº 206/11, de 12/12/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, encaminhando, para conhecimento, cópia do Requerimento nº 3223/11, de autoria do Deputado Marcelo Ramos-PSB/AM, onde indica a União Nacional dos Legislativos Estaduais para a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito Contra o Crime Organizado em todos os Estados da Federação.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jaler Renier) – procede a chamada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa e todos aqui presentes. Senhor Presidente, faço uso da palavra hoje para que, juntos, tanto os Deputados, da base de apoio ao Governo, quanto os de oposição, a imprensa deste Estado, todos aqui presentes possamos refletir sobre os últimos acontecimentos ocorridos no nosso Estado. Recebi hoje cedo uma Mensagem Governamental nº 055/11 de 15/12/2011, que trata sobre os vetos do Governo do Estado a dois Projetos de Lei aprovados por esta Casa e, diga-se de passagem, aprovados por unanimidade, todos nós votamos pela aprovação do projeto da Defensoria Pública, porque esses projetos dispõem sobre a reorganização do quadro de pessoal e do plano de carreira e dos cargos e salários dos servidores da Defensoria Pública. São projetos que, após passar pelo crivo da Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, vieram a Plenário, discutidos pelas Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, demais Comissões, apreciados por todos Deputados individualmente, aqui presentes. E, após a apreciação em Plenário, foram aprovados por unanimidade e enviados à Casa Civil, ao Palácio para que o Governo os sancionasse, tendo em vista que esses projetos vão atender as necessidades da Defensoria Pública do nosso Estado que tem por principal finalidade atender jurisdicionalmente a toda a população carente, ou seja, àqueles que não podem demandar as suas ações, a Defensoria Pública do Estado está apta a demandar, porque é Lei. Na Constituição Federal, no art. 5º, dos Direitos e Deveres individuais e coletivos, está elencado que “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, ou seja, o Estado prestará assistência jurídica, através da Defensoria Pública. Pois bem, senhoras e senhores Deputados, o Governo de Roraima, alegando inconstitucionalidade vetou os dois projetos. A inconstitucionalidade, senhoras e senhores Deputados, não se sustenta, porque no art. 7º à Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, financeira e administrativa, cabendo-lhe propor ao Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação, a revisão e os reajustes dos vencimentos dos seus servidores, ou seja, o Governo de Estado, quando alega que a Defensoria Pública do Estado, Deputado Célio Wanderley, líder do Governo nesta Casa, não tem autonomia de mandar para esta Casa diretamente os seus projetos e alegar a inconstitucionalidade. Ele está redundantemente enganado. Primeiro, porque esta Casa merece respeito, a Assessoria Jurídica desta Casa analisou os dois projetos de Lei e o parecer foi positivo, foi pela aprovação dos projetos. Nós, como Deputados, aprovamos essa Lei, e o Governo diz que é inconstitucional. Se fosse inconstitucional, tenho certeza, que nem desta Casa teria saído. Nós teríamos alegado a inconstitucionalidade, a Comissão de Constituição e Justiça, da qual faço parte, teria alegado a inconstitucionalidade. Mas, o Governo insiste em submeter à apreciação levando o argumento de inconstitucionalidade simplesmente para

retaliar o posicionamento de um Defensor Público que hoje é também Juiz Eleitoral. E, vejam bem, senhoras e senhores Deputados, o juiz eleitoral que tem notório saber jurídico, escolhido em lista tríplice pela Presidente da República tem que se distinguir, foi Defensor Geral. Então, com certeza, são atuações distintas, o Defensor Público Geral é defensor dos direitos do povo, da cidadania, sobretudo, daqueles mais necessitados. E existe mais, Deputada Aurelina, são 36 Defensores Públicos naquela casa, o grupo e todo o corpo técnico e funcional daquela casa não pode ser retaliado ou prejudicado, principalmente porque a fundamentação jurídica do Governo do Estado não sustenta o veto. Digo mais, e vou mais a fundo, nós estamos aqui para defender principalmente aqueles que não têm condições financeiras, não tem sua dignidade assegurada pelo Poder Público, aqueles que passam necessidades por vezes sem o mínimo existencial, sem sequer ter direito à sua alimentação, ainda mais arcar com despesas jurídicas no tocante às suas necessidades, de ser humano, no tocante as necessidades que é comum a todos nós que vivemos em sociedade. Venho perante este Plenário dizer que, no art. 102 da Constituição, a Defensoria Pública é Instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do Regime Democrático fundamentalmente de orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa em todos os graus, judicial, extrajudicial dos direitos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos necessitados assim considerados na forma do inciso do art. 5º da Constituição Federal. Nós podemos destacar que no ano de 2010 já foram asseguradas 247.900 ações pela Defensoria Pública em todo o Estado de Roraima no intuito de assegurar o direito dos pobres, dos carentes, daqueles que precisam de jurisdição. E, aqui, quero conchamar a todos os Deputados, sejam eles de situação ou de oposição, as Deputadas aqui presentes, por serem mulheres, têm mais sensibilidade para derrubarmos esse veto, porque não se sustenta na sua argumentação jurídica quando o Governo do Estado veta Projetos retaliando uma instituição, retaliando principalmente, um posicionamento que não foi daquela defensoria, daquele órgão, mas de outro órgão, que se distingue da Defensoria Pública do Estado. Então, em nome dos Defensores, dos 38 Defensores Públicos e em respeito aos colaboradores daquela casa, e ainda mais, em respeito a toda a população do nosso Estado. Portanto, nós como Deputados, temos a obrigação de derrubar o veto, os dois vetos, a esses dois Projetos de Lei de alta importância para atender ao nosso povo, principalmente aos mais carentes. Gostaríamos que cada um de Vossas Excelências, analisassem friamente quão é desrespeitoso esse veto, depois de passar aqui nesta Casa, foi analisado pela Assessoria Jurídica desta Casa, tramitou nas Comissões Temáticas, sobretudo na Comissão de Constituição e Justiça e o fato de ser aprovado por unanimidade, enfim nós temos a obrigação e o dever moral de respeitar os nossos votos, atender aquela defensoria e atender o povo deste Estado, dessa forma faremos jus ao nosso trabalho. E, ao derrubarmos esse veto aqui nesta Casa Legislativa, mostraremos mais uma vez o nosso compromisso com nosso povo.

Aparte concedido à Deputada Aurelina Medeiros – Não quero aqui retirar nenhuma palavra do que Vossa Excelência falou com relação à importância da Defensoria Pública. A necessidade de melhor estruturá-la, isso não resta a menor dúvida, é um direito constitucional das pessoas. Mas, vou me referir somente a este Projeto, porque no momento da análise nesta Casa eu pedi vistas, fui criticada, quis fazer ver às pessoas que o projeto, se você o folhear, acho que, talvez, as razões do veto não estejam mais explicitadas aí para não ferir esta Casa. Esse Projeto foi aprovado sem o impacto financeiro devido, sem obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal com gasto de pessoal até porque era um projeto que criava 132 cargos na defensoria Pública, além de definir salários, e naquele momento eu pedi vistas porque existiam ali dois pareceres jurídicos da mesma consultoria onde eu dizia que não podia porque violava justamente esses pressupostos, o outro dizia que fizessem pois não tinha problema nenhum. E no momento em que pedi vistas, não tinha tido voto na justiça eleitoral ainda, e eu quis fazer ver que o orçamento da Defensoria não correspondia ao que constava no Projeto. Fui voto vencido, votei com meus colegas porque achei que ninguém estava dando importância e que sozinha não devia dar. E tudo isso ocorreu, eu brigando aqui, pedindo vistas, sem querer que votassem, antes da sessão na Justiça Eleitoral. Queria preservar esta Casa de acordo com o que estava escrito no parecer jurídico daqui. E já aconteceu a gente deixar de aprovar projeto da saúde bem pequenininho porque não tinha impacto financeiro, porque os custos com o pessoal, a quantidade de cargos que se criou ultrapassava o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal no que

diz respeito aos recursos da Defensoria Pública. Só quero esclarecer, nem deveria estar dizendo isto aqui, porque foi um pecado também cometido por nós, que não atendemos a isso. E eu ainda disse aqui: se esse projeto chegar na PROGE ele não passa, porque lá se observa a Constituição sob todos os pontos de vista. Acho que não está posto aí, nas razões do veto, para não dizerem de alguma forma feriram este Poder.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Deputada Aurelina, demais Deputados, estou aqui principalmente a contestar as razões do veto, as razões alegadas pelo poder executivo são simplesmente de que é inconstitucional a iniciativa da Defensoria Pública do Estado enviar diretamente para esta Casa um Projeto de Lei, o que não é verdade, conforme nossa Constituição Estadual, as alterações feitas por esta Casa, se o Governo do Estado tivesse a certeza desse impacto orçamentário quanto à proibição para sancionar esta Lei, ele teria alegado com certeza aqui nas suas razões de veto, eles tem orçamento financeiro, o impacto orçamentário é assegurado pelo projeto, e ele veio junto para que todos os Deputados deliberassem aquela casa tem orçamento financeiro, e consegue colocar em funcionamento os dois dispositivos legais assim que nós derrubarmos esse veto. Portanto, esta Casa não tem razão legal ou moral alguma de manter o veto do Governador do Estado.

Conclamo mais uma vez Vossas Excelências para derrubarmos o veto.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Venho ocupar a tribuna desta casa para me solidarizar com a Defensoria Pública do Estado de Roraima.

O Jornal a Folha de Boa Vista publicou em sua edição de segunda feira, dia 19, matéria dando conta do veto de dois projetos de lei, votados e aprovados por unanimidade, neste poder.

Segundo o jornal, a justificativa do Governo é que as matérias foram vetadas totalmente por manifestar inconstitucionalidade e contrariedade aos interesses públicos.

Foram vetados os projetos de lei: 26/11 que altera e acresce dispositivo à lei complementar 164 que reorganiza a Defensoria Pública e estabelece competência e estrutura dos seus órgãos. O projeto de número 85/11 que dispõe sobre a reorganização do quadro de pessoal e o plano de carreira e de cargos e salários dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

O veto do Governo afirma que a Defensoria teria invadido competência privativa do Chefe do Executivo. O Governo afirma ainda que todas as matérias que demandam despesas não podem ser iniciadas senão pelo Governador.

Senhor Presidente! Não quero polemizar, mas, afinal, o que estamos fazendo neste poder?

Vários Projetos de autoria do executivo foram votados e aprovados nesta Casa e imediatamente sancionados pelo Governo.

A meu entender, vejo os vetos do Governo aos Projetos da Defensoria com uma retaliação e resposta às decisões tomadas pelo Defensor Público Stélio Denner. E, se hoje ele está à frente da Defensoria foi por mérito e vontade da maioria dos que fazem a Defensoria Pública do Estado de Roraima.

O Governador apenas cumpriu com o seu papel em nomeá-lo como Defensor Geral, e essa nomeação não se deu por troca de favores.

Precisamos levar os serviços da Defensoria Pública a toda população mais carente e necessitada do nosso Estado, mas, para isso acontecer, precisamos dar aos seus colaboradores condições para o desempenho de suas funções. É isso que os dois projetos visam.

Com os vetos do Governo do Estado, torna inviável todo trabalho e assistência da Defensoria, principalmente no interior do Estado, e o Governo não está nem um pouco sensível a essa situação.

Quero pedir em especial ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado Célio Wanderley, que intervenha junto ao Governador para que faça uma análise das suas decisões e que pense no povo de Roraima.

Quero também pedir aos meus pares, que se o nosso papel é representar e buscar melhorias para o povo de Roraima, juntos derrubemos os vetos do governo da matéria em questão.

Projetos iguais ao da Defensoria, de autoria do Governo: Autarquia, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público Estadual, criavam cargos e davam auxílio-alimentação que não foram vetados pelo Governador, por isso fica claro que o Governador vetou os projetos em função do comportamento ético e jurídico do Defensor-Geral em votar pela cassação do Governador. Apelo a esta Casa que faça Justiça para que esse veto seja derrubado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Junto-me a Vossa Excelência na demanda em prol da Defensoria Pública do Estado em favor dos que precisam dessa prestação jurídica, que é dever do Estado prestar essa assistência através da Defensoria Pública. Eu gostaria que Vossa Excelência, que é um dos representantes do interior do Estado, assim como os Deputados: Chicão da Silveira e Mecias de Jesus, Deputada Ângela Portela, ouvissem atentamente. A Defensoria Pública, no Município de Alto Alegre, onde é a base eleitoral do Deputado Chicão da Silveira, em 2010, atendeu 4010 pessoas; no Município do Bonfim 2551 pessoas; em Caracará, Deputados: Jalsner Renier e Chico Guerra, a defensoria atendeu 7500 pessoas; em Mucajá 6200; em Pacaraima 4700; em Rorainópolis 10285 pessoas; em São Luiz do Anauá 8837, ou seja, só no interior do Estado, Deputado Remídio Monai, Vossa Excelência que anda tanto por Rorainópolis, foram 43789 atendimento, ou seja, é de suma importância as pessoas terem essa prestação jurisdicional. Sem contar que a Defensoria Pública tem uma parceria com esta Casa Legislativa, através do CHAME, cujo defensor atende no CHAME as necessidades do chame àqueles que nos procuram na Assembleia Legislativa. Então, é mais que um dever, é uma obrigação moral e institucional apoiar a Defensoria Pública do Estado, principalmente no tocante à derrubada do veto desses dois projetos de tão grande importância para o povo deste Estado. Parabéns a Vossa Excelência!

O Senhor Deputado Gabriel Picanço continua – Eu gostaria que o Governador se lembrasse que o povo de Roraima não pode pagar pelas injustiças que foram feitas na campanha eleitoral. A Campanha eleitoral já passou, quem está decidindo é a justiça, e não se pode levar o povo a sofrer por consequências de situações criadas durante campanhas políticas. Então, quem cria seus problemas que transfira para a população, porque a Defensoria Pública não pode pagar com esse pensamento infeliz do Senhor Governador.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero me somar às declarações de Vossa Excelência, para manifestar a minha solidariedade à Defensoria Pública como um todo, e que se registre o meu posicionamento: eu acho que esta Casa tem o dever de derrubar esse veto, haja vista que as alegações do Governo, conforme o Deputado Brito Bezerra, já foram derrubadas, em virtude de não se sustentarem juridicamente. Só nos resta fazer a leitura de que é mais um processo de retaliação à Defensoria Pública pelo posicionamento do seu Defensor-Geral, que no exercício na função de Juiz se posicionou contrário ao atual governo. E, o que é mais grave, o maior prejudicado é a comunidade carente. Quero me reportar à visita feita ao Sistema Penitenciário, solicitada através de Requerimento nosso junto à Comissão de Segurança Pública. Na oportunidade foram ouvidos mais de mil presos, e foi por unanimidade entres os detentos, a sugestão para aumentar a capacidade e atendimento por parte da Defensoria Pública naquele sistema penal. Após essa reunião, fui com o Doutor Oleno, Defensor Geral na época, solicitei-lhe atenção especial para o sistema penitenciário, pois os detentos estavam precisando, muitos deles com a pena vencida. Ele se comprometeu colocar, ainda este ano no sistema penitenciário um Defensor de plantão todos os dias, assessorado por uma boa equipe técnica. Ainda, naquele momento, o Doutor Oleno me pediu que destinássemos parte da nossa Emenda para Defensoria Pública para expandir o atendimento no interior do Estado e fortalecer atendimento aqui na cidade. Fui surpreendido com o chamado de um colega Deputado da base governista, dizendo que o governador não ia se ater em vetar meus projetos, e ia convencer a base governista. Acredito que não ia acontecer, os Deputados votarem contra nas Emendas de Parlamentares da oposição ou qualquer outro Deputado para Defensoria Pública. Parece-me que é uma verdadeira caça às bruxas, por isso o meu posicionamento é não aceitarmos. Já fiz contato com todos sindicatos, associações, clube das mães, movimentos sociais do nosso Estado, para repudiar essa atitude do governo do Estado. Acredito que Assembleia tem dependência suficiente para se posicionar como se posicionou na emancipação do Ministério Público de Contas ao aprovar a PEC nesta Casa, mesmo boa parte do governo estando contra, acredito que agora não vai ser diferente. Portanto, todos Deputados marcarão um posicionamento para comprovar que esta Casa, este Parlamento tem dependência, tem a base de oposição e base governista que votam, muitas vezes, em conjunto naquilo que é melhor para sociedade. Faça, pois, um apelo aos Deputados da base e governista que, neste momento o interessante é derrubarmos o veto em benefício da sociedade como um todo. Obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço continua. Senhor

Presidente, peço atenção dos meus pares, que olhem, examinem bem esse veto do governador para que possamos derrubá-lo em favor do povo que busca orientação do Defensor Público nas horas mais difícil de sua vida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputado, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência e quero destacar a parte legal, independente da discussão política, da situação que vivemos agora. O artigo 102 da Constituição Estadual no seu parágrafo I diz: “são princípios institucionais da Defensoria Pública, a indivisibilidade a autonomia funcional, competindo-lhe: a) praticar atos próprios de gestão, praticar atos e discussão com a situação funcional do pessoal de carreira, dos serviços auxiliares organizados em seus quadros próprios, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seu cargo de carreira, bem como a fixação e revisão dos seus subsídios de membros, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de cargos e serviços auxiliares, provendo por concurso público de provas e títulos, bem como a fixação de vencimentos, dentre outros”. Portanto, a defensoria tem total autonomia administrativa financeira. Além do que, é de conhecimento público, o valoroso e extraordinário, o bem dito trabalho que ela desenvolve na defesa dos mais carentes. Quem pode pagar bom advogado, quem pode entrar em gabinetes luxuosos, maravilha. Mas, a sociedade na sua grande maioria, não tem como pagar advogados para ter acesso à justiça, por isso a Defensoria Pública é um grande instrumento de sensibilidade ao judiciário da nação. Parabéns, minha congratulação.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço continua. Senhor Presidente, obrigado pela benevolência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores aqui presentes.

Senhor Presidente, o meu pronunciamento é sobre o Parlamento onde muito tem se cobrado que o orçamento, Plano Plurianual do Estado foi fechado sem a participação da sociedade. O governo realizou o fórum de desenvolvimento sustentável, a Secretaria de Planejamento abriu um leque para que toda sociedade participasse, e depois com mais de 600 participações se elaborou o orçamento de 2012. Na abertura das discussões do orçamento de 2012, Deputado Xingu, aqui, conforme as fotos, vários Deputados participaram, eu mesmo recebi na época o convite. Mas, acompanhava minha esposa que se submetia a uma cirurgia em Manaus. Quero colocar com isso é que todos os segmentos da sociedade que participaram tiveram voz. Várias propostas nas áreas de infraestrutura, educação, saúde, das entidades que participaram, foram atendidas e constam no orçamento de 2012. O nosso ano Parlamentar de 2011 está para se encerrar.

Desejamos a todos os nossos colegas de trabalho, desde as pessoas que trabalham, cuidam dos nossos gabinetes, aos colegas que trabalham com a mídia, pessoal que nos dá suporte aqui no Plenário, pessoal da parte administrativa, aos nossos Deputados sem nenhuma distinção, que Deus dê muita saúde, para retornarmos, no próximo ano, com mais energia nos debates, que servirão para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Deputado Brito, Vossa Excelência apresentou várias propostas interessantes, inclusive, assinei, defendi o projeto da alimentação escolar, há outros projetos apresentados aqui por outros colegas, que devem ainda entrar na pauta deste ano. Espero que Vossas Excelências voltem com mais estímulo, para debate caloroso. E, neste sentido, Deputado Sampaio, Vossa Excelência que defende a classe trabalhadora de nosso Estado, o debate caloroso faz parte do Parlamento, que a gente se aprimore em assuntos, em questões pois vamos votar projetos de interesse de um modo geral da sociedade roraimense.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado, agradeço pelo espaço em seu pronunciamento. E quero me posicionar em relação ao primeiro ano de meu mandato, sem experiência, porém no decorrer do ano aprendemos muito, em certos momentos fomos inocentes, em outros atuamos à altura e nível de Deputados com 2, 3, 5 mandatos, que é gratificante. Apresento uma avaliação, segundo meu ponto de vista, quanto ao nosso desempenho, nossa atuação parlamentar. Não saio este ano contente, poderíamos avançar muito mais. E como Vossa Excelência menciona, enquanto sindicalista, defensor da classe trabalhadora, acredito que o Servidor Público, conforme a projeção na peça orçamentária, a demonstração da vontade política por parte do governo, não tem muito a comemorar em 2012. É um fato. Pegamos, por exemplo, o trabalhador da saúde, cujo plano de cargos e salários até então não chegou nesta Casa. O trabalhador da saúde vai continuar ganhando abaixo de um salário mínimo no decorrer de 2012; trabalhador de educação, em relação ao

qual, sentamos em audiência pública, intermediada por Vossa Excelência, através da Comissão de Educação, acredito que vamos somar aquele entendimento, aquela proposta junto à peça orçamentária também. Contudo, não tem muito a comemorar em virtude da demonstração da vontade do governo para com a educação. Já para outra classe, quero puxar a brasa para nossa sardinha, o trabalhador da segurança pública, este sim, muito a comemorar, o orçamento da Polícia Militar, Polícia Civil, está basicamente uma cópia dos anos anteriores adicionados 4,5% de reposição salarial prevista para março. No entanto, as reformas das delegacias dos quartéis da polícia militar e civil não estão contempladas, sequer têm dinheiro para manutenção das viaturas da polícia militar. Há pouco, em conversa com o Deputado Célio e Marcelo Cabral, inclusive, peço aos demais Deputados para elaborarmos uma Emenda de Comissão, no valor mínimo, de um milhão de reais para destinar à polícia militar e polícia civil, para mantermos nossas viaturas rodando durante todo o ano, sem que os nossos comandantes nas unidades operacionais tenham que fazer vaquinha, correndo atrás de dinheiro junto aos empresários para manter as viaturas rodando. Peço o vosso apoio e dos demais Deputados, ao Relator da peça orçamentária, também ao Presidente da Comissão de Orçamento, contando sem sombra de dúvidas com a Frente Parlamentar de Segurança, os Deputados Damosiel e Coronel Chagas, com o comprometimento de Vossa Excelência possamos elaborar a Emenda de Comissão no orçamento do Estado de 2012, destinando, no mínimo, um milhão de reais para manutenção e recuperação de viaturas para que, no ano de 2012, as nossas viaturas estejam funcionando. Os trabalhadores, haja vista não estão sendo contemplados no tocante à Lei de Remuneração, e acreditando mais uma vez na força de vontade desses policiais que empenham seu sangue e vida para defender a sociedade, eles querem, no mínimo, condições para fazer o policiamento. É o nosso pedido. Acreditamos que, com um pouco mais de experiência, de maturidade política, o ano de 2012, independente de oposição ou situação, será muito mais proveitoso para esta Casa e sociedade. Parabéns pelo de 2011, pela nossa contribuição, como Deputado de primeira viagem.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Deputado Sampaio, estamos com uma responsabilidade para o próximo exercício, pois está para chegar em nossa Casa o Plano de Cargos e Salário da Saúde. A previsão é que nos encaminhem em 10 de fevereiro. Então, teremos que discutir com coragem e firmeza a situação da segurança pública, de um modo geral, em todo nosso Estado, quanto à situação da estrutura física, equipamentos, recursos humanos. Teremos que reunir o bom senso, entendimento e coragem para encerrar essa situação. O Deputado Flamarion e eu, temos cobrado várias vezes sobre a situação do telefone imóvel e telefonia fixa. Em determinado momento deste ano, pensei que esse problema tinha sido resolvido aqui em nosso Estado. Observa-se, porém, que após aquele “bum” a qualidade da telefonia móvel caiu assustadoramente. Ontem, em reunião com todos os secretários municipais do nosso Estado, todos estão com problema no Tribunal de Contas do nosso Estado, se eles estão, consequentemente nossos Prefeitos também. É porque o Tribunal de Contas criou em sua normativa 04 que regula a aplicação do recurso do FUNDEB, por exemplo, para você transportar merenda escolar para o Baixo Rio Branco não pode mais colocar como recurso do FUNDEB transporte através de barco. Então, foi criada normativa que tudo não pode, mas eles têm que se guiar pela cartilha do Ministério Público Federal, pela cartilha do Ministério da Educação que determina o que pode, está criado o impasse. É este parlamento que vai ter que buscar uma saída para não prejudicar os nossos alunos que moram em lugares mais distantes de Roraima. Quando se fala em educação aqui, tenho debatido que a renda per capita é a maior do Brasil, o custo do aluno é o maior do país. No trabalho apresentei, observam-se municípios como Água de Lindoia, que tem 77 km, Iracema tem 14 mil quilômetros quadrados. É a diferença que se deve observar. Cabe-nos chamar nosso controle externo pra que não se abuse em relação ao que não pode, e se transfira orientação para aquilo que pode, visando beneficiar as pessoas que moram no interior de Roraima. E, desta forma, evitar que continue ocorrendo, como aconteceu nos últimos cinco anos; todo mundo buscando a capital, devido às dificuldades no interior, enfrentando carência de saúde, educação, pela imposição de tanta exigência, que os pequenos gestores não têm como cumprí-las. Acho que os debates deverão acontecer no próximo exercício. É momento para desejar a todos Feliz Natal, Feliz Ano Novo, com paz, harmonia, que Deus ilumine todo povo de Roraima e que o ano de 2012 seja bem melhor que o de 2011. muito obrigado.

O Senhor Deputado Remídio Monai: Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos que aqui nos visitam.

Quero registrar aqui que neste sábado juntamente com o Deputado Federal Luciano Castro e Vice-Governador Chico Rodrigues, e o Deputado Naldo, visitamos a Região do Cantá, onde se realizava a inauguração do asfalto que liga Cantá à Serra Grande, motivo de muita alegria para mim, como Deputado defensor do interior, principalmente, defensor das questões de transportes, estradas, recuperações de vicinais. Foi motivo de muita satisfação ver a população acompanhando atentamente as palavras de todos os políticos e lideranças ali presentes, porque, a partir de então, os seus lotes, suas casas, terão uma valorização muito maior, e também acontecerá um desenvolvimento da região produtora de abacaxi que obviamente precisa escoar sua produção. Além de manifestar a minha satisfação pela caracterização daquele afastamento, venho com a intenção de reclamar, pedir recuperação de outras estradas como foi a recuperação do asfaltamento da Serra Grande. Hoje, para ir para Manaus, para a região sul, pela 432 que está em condições de se trafegar muito melhor do que a BR 174. Para minha felicidade fomos para o 500 pela 432 que está em condição excelente de trafegabilidade. As pessoas que vão viajar para o sul do Estado, se quiserem, tomem aquela BR que está em boas condições, com exceções de algumas pontes que necessitam de recuperação. Mas, Deputado Mecias, se o Senhor quiser ir ao Município de São Luiz, passe pela 432 que está em boas condições. Isso é motivo de orgulho para nós que dependemos das estradas, que viajamos sempre para o interior, os produtores dependem de estradas para escoar a produção, considerada importante para este Estado se desenvolver.

Dirijo-me ao meu colega Picanço, sei que está querendo saber como ficará a situação das vicinais de São Luiz. Informo-lhe que as máquinas serão encaminhadas até sexta-feira para iniciar as obras de recuperação das vicinais 18 e 19, é um problema antigo sobre o qual o Senhor e eu, estamos sempre reclamando. Neste sentido, registro que o amigo sempre foi um defensor do Município de São Luiz. Então, informo, em primeira mão a Vossa Excelência que as máquinas estão disponíveis, agora é definitivo, até o dia 31 de dezembro. Para mim, também é motivo de satisfação ver que as coisas estão acontecendo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Sinto-me feliz, Vossa Excelência, por esta notícia, mas ainda estou em dúvida. Será que vão só as máquinas ou os operadores também vão, caso contrário as máquinas vão ficar lá como é de costume, na vicinal 05 do Caroebe, vicinal 04 e na 210. Só as máquinas ficaram tanto tempo lá que os donos as recolheram para não enferrujar e as levaram para outro Estado. Queremos saber se os operadores também vão para fazer o serviço? Obrigado.

O senhor Deputado Remídio Monai continua. - Meu grande amigo, o Senhor sabe que, para levar as máquinas, deve haver operadores, as máquinas não andam sem os operadores. Então, aguarde, não resta dúvida, já houve compromissos anteriores não cumpridos, isso é verdade, mas como já conversei com o dono da empresa, ele já recebeu a solicitação para deslocar as máquinas. Então, acho que agora não temos mais do que duvidar.

Quero registrar além dessa situação, também a solicitação feita ao Governador sobre a criação da Secretaria de Agricultura, junto como o líder Erci de Moraes e Coronel Chagas. Conforme o Governador informou já está nos finalmente, se comprometeu encaminhar para cá assim que nós retornarmos do recesso, o projeto que cria a Secretaria de Cultura que é interesse da classe artística, de toda população de Roraima, essa concretização.

Então, ficamos felizes uma vez que o Governador também pediu agilidade para que o Hospital de Rorainópolis, uma reivindicação antiga para que os empresários acelerassem a realização da obra do Hospital de Rorainópolis.

Então, a nossa expectativa para o final de ano é boa para que as coisas aconteçam. Muito obrigado, até a próxima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 053/11, que “dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos comerciais do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Chicão da Silveira; Projeto de Lei nº 055/11, que “dispõe sobre a proibição do uso de capote dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; Projeto de Lei nº 068/11, que “dispõe sobre reserva de vagas para mulheres gestantes em estacionamento mantido pelas

instituições públicas e concessionárias de serviços públicos, bem como demais estacionamentos privados localizados no território do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Jean Frank; Proposta de Emenda Constitucional nº 005/11, que “dá nova redação ao §2º, do artigo 30, da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados Discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de emenda constitucional nº 006/11, que “altera os dispositivos dos arts. 32 I; 33, II E XI; 40, parágrafo único, II; 41-A, §1º, I; 47-A; 62, XVI; 77, X, “a” e “m” da Constituição do Estado de Roraima e insere os arts. 47-B; 47-C; 47-D; 47-E, e dá outras providências”, de autoria governamental. Requerimento s/nº, requerendo a inclusão da Mensagem Governamental nº 055/11, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 085/11 e da Mensagem Governamental nº 054/11, de Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 026/11; da Mensagem Governamental nº 055/11, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 085/11, que dispõe sobre a reorganização do quadro de pessoal e o plano de carreira e de cargos e salários dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria da Defensoria Pública; Mensagem Governamental nº 054/11, de Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 026/11, que Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 164, que reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima e Estabelece Competência e Estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira, de autoria da Defensoria Pública.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição Justiça, analise e dê parecer aos Vetos governamentais. Suspenda a Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Declaro reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 053/11, bem como o parecer da Comissão em conjunta.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Emenda Modificativa ao artigo 7º do Projeto de Lei e da Emenda Aditiva ao Projeto).

O Senhor presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão as Emendas.

Não havendo quem queira discuti-las, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovadas as Emendas: Modificativa e Aditiva ao Projeto de Lei nº 053/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de lei nº 053/11, bem como, o parecer da comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Projeto de Lei nº 053/11 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão o Projeto com suas emendas. Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não” estarão rejeitando-a.

Regimentalmente os Senhores Deputados têm um minuto para, caso queira, justificar seu voto.

Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 053/11.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede Questão de Ordem. - Senhor Presidente, percebo sobre a Mesa Requerimento pedindo para a inclusão dos Vetos na ordem do dia, portanto solicito a Vossa Excelência a inversão de pauta, visto que eles estão em pauta, coloques por primeiro para votação, no meu entender, é o mais importante que tem para ser votado hoje, de acordo com a base governista que pediu urgência na votação.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento s/nº, requerendo a inclusão de Veto Total ao Projeto de Lei nº 085/11 e do Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 026/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro que proceda à leitura de

Requerimento de Pedido de Vista à Proposta de Emenda Constitucional nº 005/11, de autoria do Deputado Chicão da Silveira.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o requerimento).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Pede questão de ordem – Senhor Presidente, já é matéria preclusa, mas houve entendimento entre os líderes que irão votar a PEC do Deputado Erci de Moraes, só queria confirmar a Vossa Excelência que foi feito esse acordo com as lideranças.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede questão de Ordem – Se Vossa Excelência me permite, Senhor Presidente, na verdade o Pedido de Vistas concedido pelo Deputado Chicão foi aprovado em plenário, ele cabe recurso ao próprio plenário do pedido de vistas que foi chancelado por aqui. Então, ele pode requerer, baseado no artigo 195, para que o Pedido de Vista seja rejeitado, e se assim o for, o Presidente pode colocar em votação.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede questão de ordem – Presidente, o Deputado que pediu vista tem direito a dois dias, como todos nós tivemos, ele pode devolver amanhã. O prazo para devolução é ele que vai marcar, não mais que dois dias, não mais que duas sessões, mas não pode depois disso submeter ao plenário para derrubar um Pedido de Vista que foi concedido pela Presidência, é desmoralizar a Presidência da Casa.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede pela Ordem – Vou tentar contribuir, também tentando buscar um meio termo, acho o plenário deferiu o Pedido de Vista de Vossa Excelência, que o Senhor se comprometa em devolver amanhã, temos Sessão, podemos votar a matéria amanhã. Concordo plenamente com o que o Deputado Mecias disse. Esse retrocesso, se feito agora, numa matéria preclusa, não seria bom para o próprio plenário da Assembleia. Então, Vossa Excelência traz amanhã, poderemos até votá-la em primeiro turno, à tarde votaremos, no segundo, mas acho que é mais prudente para o próprio parlamento.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Deputado, se foi um acordo de liderança, com dez minutos eu devolvo a matéria, desde que seja um acordo de liderança.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Veto Total ao Projeto de Lei nº 085/11, bem como o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Veto Total ao Projeto de Lei nº 085/11, e o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la. Coloco-a em votação. A votação será secreta e eletrônica. E, nos termos dos artigos 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Deputados têm um minuto para, caso queiram, justificar seu voto.

Dou por mantido o Veto Total ao Projeto de Lei nº 085/11 por 13 votos sim e 11 votos não.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 026/11 e do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 026/11, e o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será secreta e eletrônica. E, nos termos dos artigos 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Deputados têm um minuto para, caso queiram, justificar seu voto. Votando sim, os Senhores Deputados mantêm o Veto, e votando não, rejeitam-no.

Dou por mantido o Veto Total ao Projeto de Lei nº 026/11 por 15 votos sim e 09 votos não.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 006/11, bem como o Parecer da Comissão Especial.

O Senhor Deputado Remídio Monai pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, como a matéria é de conhecimento de todos, solicito a dispensa da leitura da mesma.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Dou por aprovado o Requerimento.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação, em segundo turno. A votação será nominal e eletrônica. E, nos termos dos artigos 232 do Regimento Interno, comunico que os Senhores Deputados têm um minuto para, caso desejarem, justificar seu voto. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

Dou por aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 006/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 055/11 e do Parecer da Comissão em conjunto.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu pedi vistas na última Sessão, mas infelizmente a assessoria só me entregou na sexta-feira meio-dia. Havia comprometido conversar com o Secretário de Segurança e com os proprietários dos postos de gasolina e assim procedi. Recebi há pouco a informação do Secretário de Segurança que fez recomendação ao Projeto. Conversei com o Deputado Joaquim, e me comprometo a trazer amanhã, haja vista, que eu vou fazer as adequações pela parte da tarde. Eu não tive tempo, bem como me deram cópia não original do projeto. Então, eu peço que retire de pauta e coloque em votação na sessão de amanhã, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)– Como, regimentalmente, Vossa Excelência teve dois dias úteis, por isso, retornou à pauta.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – O Regimento, também diz que eu tenho que ter acesso ao projeto original. Porém, me deram uma cópia. Eu pedi vistas na quinta-feira, e só me entregaram o projeto na sexta-feira. Então, o acordo, inclusive, com o autor do Projeto foi que eu conversasse com o Secretário de Segurança e com o Sindicato dos Postos de Combustíveis. Eu tenho todo interesse possível em contribuir com esse projeto e votar. Agora, a minha preocupação era só ouvir as autoridades para aprimorar o Projeto.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Vamos abrir uma exceção para Vossa Excelência, mas é a última.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 068/11 e do Parecer da Comissão em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Projeto de Lei nº 068/11, bem como do Parecer da Comissão em conjunto).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhor Presidente, gostaria que os nobres pares votassem favorável ao Projeto tendo em vista que a maternidade é o recurso mais importante para a mulher. É um momento em que ela está gerando uma vida. E tenho certeza que é um Projeto humano, gostaria, pois, de contar com o apoio dos colegas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em votação. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam o Projeto e votando não, rejeitam-no.

O Senhor Deputado Chicão Silveira pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu quero devolver a matéria do eminente Deputado Erci de Moraes para que seja votada nessa Sessão. Requeiro a Vossa Excelência que acate o meu relatório final, após a análise. E recomendaria a rejeição das duas emendas, tanto do eminente Deputado Erci de Moraes como do eminente Deputado Mecias de Jesus, que o texto constitucional permaneça como está.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - O Senhor Deputado Chicão da Silveira fez seu relatório verbal e está devolvendo a PEC e o Parecer é pela rejeição do Projeto.

Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 068/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 028/11.

O Senhor Primeiro Secretário Jalser Renier (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 028/11).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada Ângela Portela - Senhor Presidente, trata-se de um Projeto de utilidade pública de uma Associação que funciona no bairro União. É associação de Box para crianças carentes, eles têm um projeto mas necessitam do título de utilidade pública, e atende os requisitos. Portanto, eu peço aos colegas a aprovação da matéria.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria. Coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 028/11.

Solicito a Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Projeto de Resolução Legislativo nº 031/11, bem como o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier)- (Lido o Projeto de Resolução Legislativo nº031/11).

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros - Nobres colegas, gostaria de pedir apoio a este Projeto, é uma forma de aproximar o Poder Legislativo da comunidade estudantil, com finalidade de fomentar a pesquisa, explorar temáticas que envolvam o exercício da cidadania, estimular a participação política do jovem e fazer conhecer a importância das atividades do Poder Legislativo. Então eu conto com o apoio dos pares.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na

Declaro Aprovado o Projeto de Resolução Legislativo nº031/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que Proceda à leitura do Projeto de Resolução nº 028/11, bem como, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

A Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier)- (Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº028/11 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Em discussão a matéria.

A Senhora Deputado Aurelina Medeiros- conforme relatado pelo Deputado Chicão da Silveira, trata-se de uma resolução da Assembleia Legislativa, aprovada em junho, apenas modificava prazos, e foi pedido vistas pelo Deputado Chagas em Plenário. O Parecer do relator é pela aprovação da matéria que já veio ao Plenário e votou, enfim apenas corrige a resolução na questão dos prazos de implantação, e pedimos aos colegas aprovação do Projeto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os Deputados aprovam a matéria, votando não, rejeitam-na.

Dou por Aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 028/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 035/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido a Moção de Pesar nº 035/11).

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Em discussão a Moção de Pesar.

O Senhor Deputado Flamarion Portela - Todos nós que conhecíamos o Feutmmann Gondin, pessoa do bem, pacata, ordeira e grande profissional, cursou jornalismo aqui no Estado de Roraima, tempos depois, foi a Brasília, sempre se observou nos diferentes ambientes em que atuou, o quanto ele fez de amizades em Brasília, com a mídia nacional, com jornalistas na esfera nacional, um rapaz de 38 anos que precocemente se foi. Não tenho palavras para defini-lo, mas quero dizer obrigado pelo que o Feutmmann fez ao longo destes anos, sendo Assessor da Senadora Ângela Portela.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros - Deputado Flamarion Portela, reitero as palavras de Vossa Excelência, conheci Feutmmann há muitos anos atrás, nascido em Tepequém, através do Senhor Lauro, seu pai que era da área agrícola, competente administrador na área de produção na região do Tepequém. E Feutmmann era como você o descreveu, menino ordeiro, respeitador, competente. Com pesar, estendo meu abraço à família.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum dos Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação, que será simbólica. Os deputados que foram favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por Aprovada Moção de Pesar nº 035/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 005/11, bem como o Parecer da Comissão Especial.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede uma Questão de Ordem – Eu quero retirar minha proposta de Emenda, Senhor Presidente, e quero me manifestar que vou votar contra a PEC original.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Acato o Requerimento de Vossa Excelência. Retiro a emenda.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da proposição sem emendas.

O Senhor Jalser Renier pede uma Questão de Ordem - Senhor

Presidente, a retirada da emenda pelo Deputado Mecias, sendo que a proposta original é a que é apresentada pelo Deputado Erci, se Assembleia Legislativa aprovar a Proposta na íntegra, não haverá mais recesso parlamentar, quero deixar bem claro para os Deputados.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Emenda Constitucional nº 005/11 de autoria do Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier)- (lido a Emenda Constitucional nº 005/11).

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Coronel Chagas- Nos termos dos artigos 224 do Regimento interno, peço adiamento de discussão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Acato o Requerimento verbal de Vossa Excelência, uma vez que está embasado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede uma questão de Ordem- Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que, de hoje em diante, seja acatado o Requerimento verbal, porque não pode acontecer que um dia acatar e outro não acatar.

O Senhor Deputado (Chicão da Silveira)- Parabéns pela forma democrática em conduzir os trabalhos nesta Casa. Eu devolvi a matéria em respeito ao Deputado Erci de Moraes, para que seja votada amanhã, e peço adiamento de votação e discussão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Passamos às Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira- Gostaria de cumprimentar o seu Roberto Basílio pela passagem do seu aniversário, e desejo muitos anos de vida à dona Giselda pela passagem do seu aniversário.

O Senhor Deputado Erci de Moraes- Bem, eu não sei se eu vou ou não ferir o Regimento, sob pena de não estar em paz com minha consciência. Sei que, para o homem público cumprir integralmente o seu dever, é uma tarefa penosa pelos percalços que a gente encontra no caminho. Palavra empenhada e palavra desempenhada e assim por diante, mas, a rigor, essa Emenda não é do Deputado Erci de Moraes, é de um órgão desta Assembleia Legislativa, criado também aqui, é a corregedoria, e que tem o papel de orientar os Senhores parlamentares sobre o que deve ser de acordo com ética e decoro parlamentar.

Fico a me preocupar muito se a Emenda, do ponto de vista de responsabilidade, se fere o interesse pessoal de um ou outro Deputado. O fato que me importa e me satisfaz é o meu compromisso com a sociedade que me concedeu esse mandato, o momento em que se vive é de moralização, é de darmos mais para que se superem todas as mazelas que acontecem neste País. Então eu tive, como objetivo, na condição de corregedor, a intenção, o objetivo de mostrar à sociedade que esta Assembleia Legislativa acha ainda pouco o tempo para trabalhar pela sociedade e povo, mas senti de alguns que tanto acalento consideração, não houve essa consideração. Esta Emenda tramitou durante seis meses aqui, e quando chega a décima hora, todos os recursos são utilizados para protelar a ideia para que ela não ocorra. Então, eu me submeto ao Pedido de Vistas a todo o trâmite, mas vou tentar, até a última hora, que ela seja levada a plenário. A sociedade que votou que não julgue a postura de cada um. Então, eram as considerações que eu queria colocar, para que cada um faça uma reflexão.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor presidente, através do Expediente não poderia deixar de manifestar aos Senhores Deputados a minha indignação quanto às votações que ocorreram para manter o veto do Governador do Estado aos Projetos de Lei da Defensoria Pública. Eu, realmente, fiquei surpreso, imaginei que nós derrubaríamos o Veto. Há poucos dias votamos pela aprovação do projeto, por unanimidade. A minha indignação e a minha veemência contra essa atitude do Governo do Estado que fere a legislação ao vetar esse projeto, solicitando ou embasando a sua defesa em argumentos que não estão amparados pela nossa legislação. Fica aqui a minha indignação. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, queria convocar os membros da Comissão Conjunta do Orçamento, para a reunião às 16h, aqui no Plenarinho. Lembro que aqui estão os 24 Deputados, por isso ninguém pode alegar que não foi avisado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, eu vou deixar de falar do Regimento Interno porque o Deputado Jalser Renier há poucos dias colocou aqui o seu lado: ele não existia mais, que poderia ser rasgado. Então, deixo de falar neste aspecto, e faço como minhas as palavras do Deputado Jalser Renier. Quero lamentar, Senhor Presidente, pela natureza raivosa com que o Governador do

Estado vetou os projetos da Defensoria. Fica clara a retaliação, fica claro e público que isso só aconteceu porque o Defensor Geral é também Juiz Eleitoral e votou pela cassação do Governador. Se o Juiz Eleitoral não tivesse sido favorável à cassação do Governador, certamente o Governador teria recomendado à bancada dele como recomendou pela aprovação, talvez quisesse trocar, fosse uma moeda de troca. Não se pode esquecer que o Defensor-Geral é um, enquanto o Juiz Eleitoral é outro. São dois papéis distintos. O Governador, não prejudicou o Defensor Geral, Doutor Stélio Denner, prejudicou todos os Defensores do Estado, todos os servidores da Defensoria Pública do Estado e, principalmente, a população mais carente do Estado. A Defensoria Pública é o Advogado dos carentes, sem condições para pagar advogados, portanto, quem banca essa defesa é o Poder Executivo, são os Defensores Públicos que estão nas Delegacias, na Penitenciária, na Cadeia Pública, sem ter como pagar advogado. Por isso, quem não se preocupa com a Defensoria Pública é porque tem dinheiro para pagar advogado, para pagar bons advogados. Lamento, profundamente a ocorrência dessa situação. Também não entendo a pressa desesperada para votarem o Veto, pois tem veto que fica nesta Casa, Senhor Presidente, dois, três meses, que tranca a pauta de votação, e, em relação a este, o Governo deu entrada ontem e hoje já colocaram em pauta, com pedido de urgência, urgentíssima, com assinatura do Líder do Governo. Nada contra isso, mas o que não entendo é a pressa, a urgência de se mostrar o rancor, o ódio, a raiva contra a Defensoria Pública. É uma atitude de vingança, porque o Defensor-Geral, que é Juiz Eleitoral, votou pela sua cassação. Isso é um absurdo, talvez, se ele tivesse votado favorável, não teria nada disso, como teve. Os acordos teriam sido outros, teriam sido de forma diferente. Eu vejo aqui, Senhor Presidente, vários Projetos de Lei iguais aos da Defensoria Pública, iguais ao do MPE, teve o Auxílio Alimentação, o Plano de Cargos e Carreiras que também têm orçamento próprio, e a Assembleia Legislativa votou favorável, mas o Governador sancionou a lei. Há poucos dias, os projetos do Tribunal de Justiça vieram para cá, foram votados pela Assembleia Legislativa e sancionados pelo Governador, igualmente ao do Tribunal de Contas e, por que só o da Defensoria foi vetado? Não está muito claro, muito explícito isso, a raiva demoníaca do Governador contra a Defensoria Pública? Era o que eu tinha a dizer.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, quero ser solidário às palavras do Deputado Mecias. Quero convidar Vossa Excelência para assistir às propagandas do Governo referente às reformas. É mais uma propaganda enganosa, Senhor Presidente. Respeito o Governador, mas ele não pode enganar o povo de Roraima. O povo de Boa Vista pensa que ele está fazendo alguma coisa, enquanto ele está mentindo, lá no Caroebe, em março, ele mandou começar a reforma do Posto Médico com cento e trinta e oito mil reais, mas a obra está parada desde junho. Senhor Presidente, ele está dizendo que desde o Uiramutã até o Caroebe está construindo. Assista o programa do Governo para o Senhor ver, ele está mentindo. Eu o aconselho para não mais mentir ao povo de Roraima, pois já basta.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, queria, primeiramente, parabenizar o Corpo de Bombeiro pelos dez anos da sua emancipação, onde houve um avanço significativo após a emancipação, e está sendo um filho muito mais competente que o pai. A questão do Corpo de Bombeiro, cujo trabalho prestado à sociedade é reconhecido por todos pela sua excelência, mesmo com tantas dificuldades enfrentadas. Então, percebemos que situações do ponto de vista de gestão, o Corpo de Bombeiro avançou muito mais do que a nossa Polícia Militar. Então, quero parabenizar o atual comandante os praças, verdadeiros responsáveis pelo sucesso. Quero, também, somar meu pensamento ao dos Deputados Brito Bezerra e Mecias em repúdio à atitude do Governo do Estado, agora é um Governador cassado, que responde processo. Também, vamos chancelar o Governador como um perseguidor, pois para mim não tem outro nome, principalmente diante da fala do Deputado Mecias que disse que aprovamos projetos iguais para poderes diferentes, em virtude do posicionamento do Defensor Geral atuando como Juiz Eleitoral. E o pior, esta Casa, com exceção de um voto, assina em baixo nessa retaliação junto à Defensoria Pública. E o pior, Deputado Flamarion Portela, que parece que não se conter só aí, pois eu fiz uma emenda de quinhentos mil reais à Defensoria Pública, a pedido do Doutor Oleno, e a informação que eu tenho é que além de vetar os projetos da Defensoria, as emendas dos Deputados, sejam eles de base governista ou não, serão vetadas. O pior ainda, Deputados, é que essas emendas não serão vetadas pelo

executivo, não, parece-nos que elas serão vetadas pelos próprios colegas, como uma forma de total retaliação à Defensoria do nosso Estado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu gostaria de parabenizar três Deputados da base governista, apesar da votação ser secreta, mas pelo menos três Deputados da base governista foram coerentes em relação à primeira votação. Entenderam que o projeto da Defensoria que o Governo vetou, não era inconstitucional por vício de origem e referendaram, novamente, seu voto a favor da Defensoria. Por isso dou os parabéns aos três Deputados que, de forma anônima, votaram com sua consciência, apenas da pressão gigantesca do Governo sobre eles. É isso mesmo, e esperamos que este parlamento cada vez mais, até com o amadurecimento político, as votações nesta Casa, com certeza, irão mudar, elas serão mais independentes e mais confirmativas do poder que este parlamento tem.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, anteontem, eu ouvia, pela internet as palavras do Juiz Federal com relação à Sessão do TER ocorrida neste Estado. Anotei um determinado item, e, comparando-o com a Assembleia Legislativa, parece que atuam forças ocultas também aqui nesta Casa. O projeto, sobre o qual Vossas Excelências estão falando, não é de iniciativa governamental, não foi o Governador quem mandou para cá, tampouco foi o Juiz Denner quem mandou para esta Casa. Antes do Dr. Oleno Matos sair da Defensoria, o Projeto ficou dormindo, aqui, ocultamente, jamais alguém se preocupou com ele. Nós aprovamos este ano o aumento dos Defensores Públicos, reconhecendo a importância que todos eles têm, para 90,25% dos proventos dos Juizes e Desembargador da justiça Federal lá do TER, TSF, sei lá de que. Aprovamos aqui em pleno reconhecimento à importância da justiça eleitoral, da Defensoria Pública. Aprovamos sem nenhum problema e, depois aprovamos o nome do Juiz Denner para Defensor Público, sem nenhum objeção, aprovamos, mas o projeto da Defensoria estava dormindo aqui e, uma semana antes, por iniciativa da oposição, ele foi votado. Quando foi para a Comissão, eu pedi vistas por não ter impacto financeiro, eu estava aumentando 132 cargos, dentre os quais 45 de nível superior com o salário acima de cinco mil reais e, por incrível que pareça, não tinha orçamento na Defensoria, nem constava na proposta que veio para esta Casa, prevendo tudo isso, prevendo aumento de 43 cargos. Peço vistas para impedir o impacto financeiro.

Quero dizer que forças ocultas atuaram, e outro advogado deu um parecer favorável, dizendo que o outro estava mentindo. Eu estava com esse projeto dentro do carro e, meu amigo, se houve pressão para votar na Ordem do Dia, quem sofreu foi eu. Por que tinha que aprovar nesse dia? E olhem que eu sou a grande puxa-saco do Anchieta, na boca de todos, mas não me senti pressionada por ele para votar naquele dia. Então, às vezes, eu falo demais, que eu me angustio, quero ser transparente, é diferente de um projeto do Tribunal de Contas, do Ministério Público ou do Tribunal de Justiça. Eu discutia até certa vez que ele estava criando um cargo de diretor a mais. Houve problemas aqui para desvendar uma diretoria do IPER. Ninguém estava preocupado com servidor, nem com o IPER, com nada. Tomara Deus que as forças ocultas não continuem atuando aqui dentro. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portella – Eu acho que a política é dinâmica, o debate político é louvável, mudar de ideia é importante. Quem tem ideia pode mudar. Agora é estranho a velocidade com que se mudou de ideia no que se concerne ao Projeto da Defensoria. A Deputada Aurelina levanta a questão da cobertura orçamentária financeira. Nós aprovamos nestes últimos dias, Deputada Aurelina, fiz uma retrospectiva aqui, são mais de um projeto da defensoria, dentre eles, o aumento escalonado para 2012, 2013 e 2014 dos defensores, chegando a 9 pontos e 25 por cento do salário do Ministro Supremo Federal. E se buscou aí uma das coisas, que era o auxílio alimentação, concedido aos outros poderes, e a criação de cargos. Eu acho que é legítimo o Poder Executivo vetar, é legítimo Legislativo manter ou derrubar o veto. Mas eu acho que a velocidade com que se mudou de ideia nos preocupa.

E falar em força oculta, Deputada Aurelina, nós já ouvimos falar tanto. E das ocultas que andam à noite? Não das que andam durante o dia, mas à noite. E, às vezes, com determinadas bagagens impúblicáveis. Então, eu acho que se há forças ocultas, são mais originárias as oriundas do Executivo do que de nós, da oposição, que somos mortais comuns, que vivemos aqui de trabalho, de salário e só. As forças ocultas não nos servem como carapuça. Pelo menos eu não visto essa carapuça.

Mas, Deputado Chico Guerra, eu quero dizer para Vossa

Excelência, de forma cristalina e enfática. É prerrogativa do Deputado fazer a sua emenda para onde ele quer e ponto, não tem mais o que comentar. Se é coincidência, se é trabalho, assim como vocês têm a unidade de vocês nós a respeitamos, nós não só queremos, mas exigimos a respeitabilidade à nossa individualidade. A nossa emenda é posta para onde queiramos nós. Se ele vai ser aprovado ou não, os comentários, os bochichos são esses. E hoje, de manhã, nós durante uma reunião eu coloquei que os nossos colegas Deputados não nos vetem. Não seria bom. Nesse clima de harmonia, eu acho que não seria bom que os nossos pares nos vetem. Cabe veto única e exclusivamente ao mandatário maior do Estado. Constitucionalmente, ele tem a prerrogativa do veto. Não cabe ao Deputado vetar outro Deputado. Portanto, eu confio no relatório. Vou esperar. Agora são 14 horas, às 15 horas eu estarei de volta, aqui. Às dezesseis horas terá uma reunião mais ampla, e quando discutiremos o orçamento. Mas já que o Deputado Sampaio colocou, eu antecipo que espero que isto não aconteça. Lembrando mais uma vez, Deputado Guerra, isso é histórico; isto é fato. Eu coloquei emenda para a infraestrutura. Nunca, Deputado Chagas, sequer recebi um ofício informando que aquela emenda foi destinada a fazer isso ou aquilo. Coloquei emenda para o vale-alimentação. Passamos dois meses para executar o vale-alimentação. Coloquei emenda para a educação com um compromisso que eu tinha com a situação de Normandia, pois durante nossas Sessões Itinerantes, observei como estava a condição da escola. Não é para eu fazer nada, não, Deputada Aurelina, é para ir lá na região, chegar lá e dizer: olha, esta escola está sendo recuperada. Eu coloquei um milhão e trezentos para recuperar essa escola. Nunca! Então, não adianta colocar para o Executivo. Não há respeito.

Existe um provérbio chinês, conhecido há mais de três mil anos, que diz: o cavalo ganha uma vez, é sorte do cavalo. O cavalo ganhou a segunda, é coincidência; o cavalo ganhou a terceira, aposte no cavalo. Então, eu não vou fazer algo que eu já experimentei três vezes e não teve resultado nenhum. Fiz, sim, emenda. O Deputado Sampaio colocou um milhão para a Polícia Militar. Portanto, não é verdade o que Vossa Excelência diz que foi coincidência colocar lá. Eu coloquei trezentos mil para esta Casa e duzentos lá para o Tribunal de Contas. Também, não só coloquei para a Defensoria, mas essa é uma prerrogativa. Então, já antecipamos o debate. A gente vai, sim, justificar as nossas emendas porque é prerrogativa do Deputado. Se os nossos pares nos vetarem, seremos derrotados.

O Senhor Deputado Dhiago Coelho – Senhor Presidente, quero me somar aos Deputados Mecias de Jesus, Soldado Sampaio, Flamarion, deixar registrado aqui que eu votei não para derrubar o veto do Governador. É lamentável o Executivo ter vetado esses dois projetos. Muitas vezes, aqui eu me sinto de mãos atadas, Nós fomos eleitos para trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Estado, elaborar leis que venham beneficiar nossa população e a todos aqueles que trabalham aqui. Então, fica aqui o meu registro: Sou favorável. Apoio a Defensoria. Apoio esses dois projetos e sempre vou estar votando em projetos de grande importância para o nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, apenas para esclarecer o nosso pedido de adiamento de discussão da PEC, de autoria do Deputado Erci e outros parlamentares e que gerou uma falta de entendimentos das razões que a gente não pode mostrar no momento. Na proposta original não havia consenso para sua votação. O Deputado Mecias pediu vistas, trouxe o voto, sugerindo emendas que gerou esse entendimento. A proposta que o Deputado Erci tem é revestido dos mais altos interesses da opinião pública, da sociedade. E a emenda gerou esse entendimento para que a gente votasse. E quando o relatório foi lido em plenário, o Deputado Mecias retirou a emenda. Então, não havia mais entendimento. E para que não se perdesse uma proposta que busca aprimorar, aperfeiçoar mais os trabalhos desta Casa, já que não havia mais entendimento e corremos o risco de votar e reprovamos a matéria, portanto pedimos adiamento da discussão, porque se quebrou o acordo. O que tinha sido acordado era votar a emenda. Então, eu acredito que amanhã nós vamos votar, após analisar melhor e conseguir firmar um entendimento no sentido de votar. Aí, se tiver votos necessários ela entrar em vigor. Se não tiver, paciência. Então, nosso objetivo, Senhor Presidente, foi esse. Foi quebrado o acordo, dá tempo para que a gente, diante desse novo cenário, possamos firmar uma convicção sobre o assunto.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Resolução nº 038/11: Fica criada a Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 008/11, que dá nova redação

ao artigo 20. E acrescenta o parágrafo ao artigo 101, e acresce ao Artigo 101-A da Comissão do Estado de Roraima e dá outras providências; de autoria do Deputado Marcelo Natanael, composta pelos seguintes Deputados: Marcelo Natanael, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Chicão da Silveira e Gabriel Picanço.

Eu só queria dizer aos Deputados que a gente tem que respeitar os votos dos outros. Cada um, aqui, é responsável pelos seus atos. Só isso. Se o Deputado vota contrário aos interesses políticos é atacado. Eu não vou aceitar nenhum tipo de provocação com relação à situação da Mesa porque a gente tem procurado ser atencioso e cuidadoso no sentido de fazer com que, principalmente, a minoria tenha o espaço que merece. Agora, convém respeitar também a posição da maioria porque nós estamos num palanque democrático.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, e convido os Senhores Deputados para a próxima Sessão, dia 21, no horário regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela A. Portel la, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Naldo da Loteria, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.
Aprovada Ata Sucinta em: 21/12/2011

ATA DA 2133ª SESSÃO, EM 27 DE JUNHO 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= **ORDINÁRIA** =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) –

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário Deputado Jalsler Renier proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Senhor Presidente, não há Expediente para ser lido.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, meu cordial bom-dia. Senhora e senhores aqui presentes, senhores cidadãos roraimenses e boavistenses presentes nesta sessão, meu cordial bom-dia. Senhor Presidente, ocupo esta tribuna, talvez pela penúltima vez neste semestre, haja vista, que entraremos em recesso em breve. Aproveitando este momento para fazer um pedido à classe política roraimense, à sociedade e, em especial, aos eleitores da nossa capital e do interior do estado, para observância ao voto ético e compromissado nas próximas eleições. O aspecto que vem nos preocupando é a falta desse voto ético e compromissado, que causa prejuízo enorme ao nosso Estado, uma instabilidade política muito grande entre os mandatários, os eleitos pela sociedade, pois a forma que estão sendo conduzidas e direcionadas as eleições, ao invés de ser um processo de escolha, está mais parecendo um processo de

quem paga mais, quem tem mais recursos financeiros para ganhar as eleições. Não podemos permitir que continue assim, não podemos permitir que aconteça com as eleições municipais de 2012. Fiz questão de começar, fazendo uma avaliação sobre o que é uma campanha eleitoral, quanto custa participar de uma campanha eleitoral, e ao fazer essa pesquisa na classe política fiquei surpreendido com o resultado. Entrei no site asclaras.com.br, um site de transparência onde consta a prestação de contas de todos os Deputados do Brasil, com valores de doações, quem doou, CPF de quem recebeu, CNPJ de quem doou. Fiz, então, uma média de quanto saía o custo do voto em Roraima, fui surpreendido, ao comparar com a minha campanha que foi modesta, sem recursos financeiros, a minha média do custo de votos é uma das mais alta de Roraima, cada voto meu custou em média R\$ 50,00, que gastei na campanha dividido pela quantidade de votos que tive. E percebi que pessoas que respondem processos na justiça eleitoral, por denúncias, pois sabe-se que têm uma mega estrutura financeira, mas quando vai fazer a média do custo do voto dá em torno de R\$ 15,00, 20,00 ou 30,00 por voto. Algo está errado, eu fiz questão na minha prestação de contas de declarar tudo que recebi, todas as pessoas que foram voluntárias, mas fiquei tão preocupado com a situação, pois minhas contas foram aprovadas com ressalvas, é que tentei detalhá-las o máximo possível. Minhas contas foram aprovadas com ressalva apesar de todo o cuidado que tive. Agora, me parece, que a Justiça Eleitoral faz questão de ser enganada, estou acompanhando um processo na Justiça Eleitoral de um colega nosso que foi afastado, temporariamente, não sabemos se vai voltar, mas não quero entrar no mérito, foi cassado pelo TRE, está lá no TSE e parece que tudo se encaminha para voltar, simplesmente porque, me parece, que o crime eleitoral em Roraima compensa, desde que saiba fazer. Não pode ser pego em flagrante com o dinheiro dentro do carro, jogar pela janela, não pode fazer sorteio de carro com 10 mil para cada cabo eleitoral, desde que o flagrante não seja na ordem judicial, ou seja, a questão é como comprar o voto, como saber comprar. Parece-me que é assim.

Então, é nesse sentido que eu quero chamar atenção da sociedade roraimense, dos órgãos de combate à compra de votos, para desenvolvermos uma campanha esse ano e eu quero ajudar e vou pedir ajuda do meu partido, quero chamar atenção da Juventude de Roraima, é uma comunidade no facebook, que tem um blog muito bem lido. A comunidade do "Corrupção Roraima, Basta de Corrupção em Roraima", é outra comunidade no face, o Comitê de combate à corrupção eleitoral, que esses órgãos assessorem, ajudem o Ministério Público, a justiça eleitoral, a Polícia Federal para que não se repita uma eleição a exemplo da que foi em 2010, ainda hoje temos um cenário político ainda indefinido. Isso me preocupa, Senhoras e Senhores, quanto ao critério hoje, se permanecer nessa lógica para exercer seja qual for o cargo político neste Estado, percebe-se que não é bom trabalho. E para obter sucesso não basta ter base eleitoral, o critério é ter estrutura financeira. Preocupa-me mais ainda, Deputado Joaquim, senhora e senhores, estou falando porque me parece que o único que está prestando atenção na minha fala é Deputado Joaquim. Acompanhei nos meios de comunicação, na Folha de Boa Vista uma enquete feita pela rádio Folha, onde 90% das pessoas, que ligaram para aquela rádio, opinaram dizendo a eleição de 2012 vai ser nos mesmos moldes da eleição de 2010, haverá compra e venda de voto novamente. É opinião da sociedade, se entrarmos no facebook, nas redes sociais, vamos ver o jovem já com esse entendimento. Essa prática parece que já está sendo normal dentro do Estado, e na verdade não é, não podemos aceitar. Recentemente veio no nosso Estado a Ministra, Presidente do TSE saiu de Roraima abismada, toda sociedade roraimense ficou chocada quando a Ministra recebeu jovens do Município de Baliza que apresentaram uma peça para ela, relataram exatamente o que acontece em Roraima, e aqueles jovens de maneira espontânea pediram socorro à Ministra, não deixe continuar acontecendo essa compra de voto de forma escancarada em Roraima. Tivemos um exemplo de um Juiz sério que permaneceu durante 04 anos compondo o Tribunal de Justiça Eleitoral, ao sair deu entrevista à folha decepcionado com a justiça eleitoral em virtude de não ter feito cumprir a lei, a lei tem que ser cumprida como tem que ser cumprida para todos.

Percebemos o julgamento do TRE, e depois o próprio TRE volta atrás do seu posicionamento. Percebemos também que o TRE tem boa vontade, às vezes, mas falta estrutura.

Então, Senhores e Senhoras, isso me preocupa, quero pedir apoio dos Senhores, à sociedade civil organizada, quero cobrar do Ministério Público Eleitoral, da Justiça Eleitoral, das Polícias Civil e Militar do nosso Estado para promovermos um combate veemente a

qualquer tentativa de compra de voto nas próximas eleições. O voto não tem preço, Deputado Gabriel, tem consequência, o voto comprado é com dinheiro que sai de algum lugar e deve ser repostado. Muitas vezes, esse dinheiro é da saúde, educação, das vicinais, é o futuro do nosso Estado, das nossas crianças, a quem está sendo negado porque o recurso público foi desviado para custear campanha de muitos políticos do nosso Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Gabriel.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores. Deputado Sampaio, para enfatizar o seu pronunciamento, também fico preocupado com essa situação, parecer que a Polícia Federal não serve para provocar provas, inúmeras denúncias que a Polícia Federal encaminhou ao Ministério Público, mas quando chegam nos Tribunais elas são extintas. Eu acho que seria uma boa, a gente encaminhar ao Ministério Público Federal, aos Juizes Federais, pedido de autorização de busca e apreensão durante o período eleitoral para todos os policiais federais, para que eles possam ter voz, direitos de provocar provas, porque isso é nada menos de que infelizmente desacreditar na justiça. Não adianta a Polícia Federal vir gastar milhões de reais nos Estados onde tem maior problema de compra de votos, mas chega ao conhecimento dos Tribunais as provas não servem. A prática é preocupante e as consequências são essas de atrasos. Só hoje eu recebi três ligações de empresas terceirizadas, cujos funcionários estão com três meses sem receber enquanto o Governador do Estado vai para o interior do Estado dizer que as eleições se ganha é com a máquina do Governo, se ganha com rolo compressor, está dito e visto claramente que as eleições vão ser compradas de novo. Quero pedir ao Ministério Público Federal, Polícia Federal credenciar cada um policial um mandato de busca e apreensão para entrar na casa de qualquer um cidadão que estiver com compra de voto, tendo pelo menos, denúncia de compra de voto para que as provas pudessem ir para os Tribunais com coerência, com consistência, mas do jeito como está, infelizmente, o Estado de Roraima vai acabar. É preciso que sejamos muito determinados nas nossas posições, lembrar que o Estado de Roraima está pedindo socorro. São poucos os que conhecem o Estado como a gente conhece, inclusive o interior, nas vicinais não existe produção, não existe esperança, saúde, existe palanque eleitoreiro só no tempo de campanha. Isso para mim, que vim para Roraima há 32 anos com esperança de um Estado forte, é preocupante, porque aqui os meus filhos nasceram, cresceram, também aqui estão os filhos dos nossos amigos.

Então, eu acho que deveria ser no Estado de Roraima livre para o povo votar sem compra de voto, sem opressão e sem estar atrelado a nenhum cargo do Executivo Estadual nem municipal para que o povo pudesse ser feliz, caso contrário, infelizmente, vamos cair no erro e aí o Estado fecha as portas e cada um por si e Deus por todos. Era isso que eu queria colocar.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Obrigado, Deputado Gabriel pelo aparte, concordo com Vossa Excelência, e fica o registro do meu pedido à sociedade roraimense, boavistense o propósito para combater, através dos órgãos legais, qualquer tipo de tentativa de compra de voto e aí, Deputado Gabriel, essa compra de voto hoje não se dá só através do pagamento de boca de urna, ela tem se aperfeiçoar, está ali o nosso delgado que conhece que o crime evolui, e na justiça eleitoral também. Temos percebido outras formas de comprar o voto, por exemplo o discurso de contratação de pessoas, de cabos eleitorais, onde uma liderança chega numa rua, num bairro, e ela relaciona 30 pessoas e diz que aquelas pessoas são para trabalhar na campanha. Sabemos que aquelas pessoas, na verdade, estão vendendo seu voto. Muitos deles sequer saem para rua pedindo voto e muitas delas chegam a ponto de candidaturas não terem como pagar, não ter o talão de cheques, suficientes para pagar as pessoas, inclusive, é motivo de ação na própria justiça eleitoral, sem mencionar o famigerado emprego público, cargo comissionado, no qual, principalmente, este governo, executivo, o governo estadual tem ultrapassado todos os limites em contratação de cargos comissionados, chegando a quase seis mil pessoas contratadas. Amanhã eu vou trazer essa denúncia aqui. Então, Senhor Presidente, quero pedir o apoio da sociedade roraimense, o apoio dos jovens que compõem as redes sociais, através do Facebook e outras redes sociais, Twitter, que têm desenvolvido campanhas de conscientização de voto. Quero chamar a atenção da Diocese de Roraima, quero chamar a atenção do Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral em Roraima, e outros órgãos para que possamos fiscalizar. Não só candidatos, mas também, eleitor que tem sua responsabilidade ao vender o voto e por esse ato, deve ser punido

da mesma forma que o candidato que compra.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Senhor Presidente, a nossa Universidade Estadual é uma instituição ainda jovem, mas, é óbvio, primordial, vital, de fundamental importância para o presente e futuro de Roraima, através da qual passarão milhares de jovens em busca de conhecimento, visando ajudar no crescimento e prosperidade do Estado de Roraima. Eu estou tendo a grata experiência ao cursar na Universidade Estadual, após 35 anos de formado, voltei a estudar, onde no convívio entre colegas, observa-se que há pessoas humildes, pessoas que chegam a levar seus filhos para a sala de aula porque não tem com quem deixar. São pessoas que às vezes vão até a pé para a universidade porque não têm como pagar ônibus e eu estou vendo essa situação lá, vivenciando essa situação lá e algo que me assusta é a nossa biblioteca. O acervo da biblioteca da Universidade Estadual é insignificante, ele é ínfimo. E os professores, Deputado Mecias, já apresentaram por muitos e muitos anos várias relações de livros para compor o acervo técnico que nunca foram comprados. Pois bem, como estamos aqui fechando a votação da LDO, apresentei há alguns dias atrás uma Emenda para já prever a aquisição de livros para a nossa Universidade. Quando chegar aqui a proposta orçamentária, eu vou destinar um milhão de reais conforme qualquer um tem direito, exclusivamente para compra de livros da Universidade Estadual. Já falei isso para o Centro Acadêmico. Já falei para o Reitor perante um grupo de alunos para que, pelo menos, a universidade tenha lá o seu acervo e vá formando, construindo o seu acervo, se equipando e se modernizando. Mas não se admite uma instituição de ensino superior sem livros. Então, estou colocando aqui no artigo, segundo a seguinte proposta: a programação orçamentária da Universidade Estadual de Roraima deverá priorizar a dotação para aquisição de acervo bibliográfico para atender a comunidade acadêmica, mediante implantação de projeto na ação, aparelhamento das unidades educacionais de ensino superior do Estado de Roraima. Portanto, eu vou priorizar essa emenda, avaliando como importante. Mas, também, já que eu estou fazendo essa proposta, procurei estudar o orçamento da Universidade Estadual de 2011, também, o orçamento de 2012. E vou me prender, então, ao orçamento de 2012.

A Universidade Estadual de Roraima tem uma dotação orçamentária anual de 26 milhões, quatrocentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, Deputado Joaquim. Mas o seu duodécimo deveria ser de dois milhões e 100 mil reais, porque é assim que deve se proceder. O Governo deveria passar dois milhões e cem mensais para a Universidade se auto sustentar. Sustentar o seu quadro de pessoal e suas necessidades, mas observei, aqui, que em janeiro o governo só passou um milhão e trezentos. Em fevereiro o governo passou um milhão e quinhentos; em março, passou um milhão e quatrocentos; em abril, um milhão e meio; já em maio, além dos dois milhões e cem, repassou dois milhões e quatrocentos. Mas durante esses cinco meses, se observa que há uma defasagem na transferência do duodécimo da Universidade Estadual de Roraima, ou seja, as coisas ainda continuam pendentes, continuam sem a devida cobertura orçamentária, isso são fatos, são dados oficiais do Governo de Roraima.

Portanto, quero ainda lembrar que a Universidade abriu vestibular para os próximos dias, para o qual, cinco mil e trezentas pessoas se inscreveram. Deputado Joaquim, Vossa Excelência que é Presidente da Comissão, há um número significativo de pessoas que, com certeza, não podem pagar uma instituição de ensino superior, estão buscando ensino público que deve ser cada vez mais aprimorado, com mais qualidade para 880 vagas.

Pois bem, já que estou falando de recursos também, mais uma vez há algo que eu não compreendo. Aqui está um termo de parcelamento de dívidas da Secretaria de Estado da Saúde, que não recolheu o IPER de janeiro, fevereiro, março, abril e agora está pedindo o parcelamento. Aqui já está o termo, o total do parcelamento é de 3.039.364,16, e o pior é que o Secretário da Pasta pede o parcelamento mas sem justificar o não pagamento do IPER, porque já tem um parcelamento anterior e agora está pedindo no exercício de 2012 nos quatro primeiros meses com zero de recolhimento, e está pedindo parcelamento. Isso é preocupante, o Instituto tem um largo capital, mas é importante que os órgãos todos, quer seja a Assembleia, o Executivo, Judiciário se preocupem em manter esse débito realmente atualizado. Só estou trazendo aqui para conhecimento da Casa, que me causou espécie, mais uma vez, um pedido de parcelamento de débito da Secretária da Saúde. Não entendo, porque se a gente tem um montante de recurso expressivo destinado à saúde, como é que mais um a vez

deixa de se recolher desde o início do ano.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Vossa excelência aborda dois pontos importantes do nosso Estado: o problema da nossa educação na Universidade; problema da saúde na nossa Secretaria. Quanto à Secretaria da Saúde, estamos aguardando a presença do Secretário aqui no nosso Plenário, cuja presença é obrigatório para que a gente faça avaliação e aprovação, e até hoje a Mesa não deu nenhuma resposta, para aquilo que a gente vem cobrando e que é constitucional.

Em relação à educação, tanto eu como o Deputado Gabriel participamos, Vossa Excelência estava presente, mas precisou sair para atender compromisso. E a impressão que ficou, e é culpa nossa, e aí me incluo, que o problema é gestão, não é nem problema financeiro, como Vossa Excelência coloca os dados, mas o que surpreende a gente é que recursos estão voltando, enquanto foi exposto para nós na Comissão de Educação, que mais de 4 convênios, só no exercício passado, que equivale a mais de dois milhões de reais para pesquisa. Vossa Excelência cobra biblioteca, e volta dinheiro de pesquisa que não há nada mais fundamental que a pesquisa. E as informações com dados e cópias de convênios que vieram para a comissão de educação que foram devolvidos. Quando disse que tenho culpa também é que, se hoje nós tivéssemos que votar aqui para escolher o atual Reitor, e digo publicamente, eu não votaria no atual Reitor, porque depois de todas as denúncias que recebemos na Comissão de Educação, é preciso que esta Casa faça uma reflexão sobre a atual gestão da nossa Universidade. E quando Vossa Excelência aborda os repasses do recurso do Governo, fica claro que o problema não é por falta de recurso na nossa Universidade, o problema da nossa Universidade é gestão. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Flamarion Portela Continua – Essa denúncia é voz recorrente. Chegam Convênios, não se cumprem os prazos e não é aplicado o recurso e acaba sendo devolvido o recurso. Mas, para ilustrar a situação da nossa Universidade, é bom que a nossa sociedade conheça uma realidade: um professor da Universidade Estadual de Roraima, deve ser, no mínimo, especialista, hoje ele tem um salário menor do que o da rede pública estadual. Então, é algo que precisa ser corrigido, não é que os professores da rede pública estejam ganhando bem não, muito pelo contrário, ele ganha um salário pequeno, agora o salário dos professores é pior ainda.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Com relação à universidade, quero me somar ao Deputado Joaquim, e de antemão, enquanto líder da oposição neste momento, em aproveitarmos a lei, Jalser Renier, e com o apoio da Comissão de Saúde convocarmos o Reitor da Universidade para prestar contas, pois ele já tem um ano de mandato, e a lei prevê isso. E nós avaliaremos se permanece ou não no cargo, já que a Comissão de Saúde e Educação tem esse entendimento, nós da oposição também temos a compreensão. Quero me somar ao Deputado Joaquim para que no início do próximo semestre possamos convocar o Reitor da Universidade.

Com relação à fala do Deputado Flamarion sobre esses encargos previdenciários por parte da Secretaria de Saúde, que, desde janeiro até o presente momento, não vem recolhendo, hoje tem um débito muito grande para com o IPER, inclusive, tenho informações que a Secretaria de Saúde já encaminhou um documento ao Conselho Previdenciário pedindo o parcelamento dessa dívida. É muito estranho! A Saúde tem um bom orçamento, só para se ter uma ideia, a Secretaria de Saúde recebeu quase duzentos milhões de excesso de arrecadação este ano. Estão, aqui, os Decretos. O Primeiro foi de 24 de janeiro, e de lá para cá vem recebendo recursos, ou seja, está recebendo. Deveríamos ter saúde de qualidade nos quatro cantos do Estado, e aí estaria justificado, mas isso não acontece. Tanto nos hospitais do interior do Estado, como no hospital geral se percebe que falta tudo, sem mencionar que a categoria está insatisfeita, estão aqui quase todos os dias fazendo manifestações, buscando seus direitos. Preocupa-me mais ainda, quando pedi ao Presidente do Conselho Previdenciário, que ele se afastasse do cargo, agora o próprio Secretário vai encaminhar um documento pedindo o parcelamento, e o Presidente do IPER já remeteu para análise do Conselho Previdenciário. Quem é o Presidente do Conselho Previdenciário? O próprio Secretário de Saúde. Eu espero que, no mínimo, ele tenha a imparcialidade de se afastar da presidência neste momento, senão fará igual ao personagem do Chaves, do SBT, que ele mesmo faz, vende e compra o suco. Isso me preocupa. Quero apresentar neste momento três requerimentos, um deles é exatamente pedindo esse débito, informações mais minuciosas, qual o valor e a

justificativa do não pagamento. E, também, como, quero pedir ao Presidente do IPER informações sobre rendimentos que foram feitos, que retiram da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e jogaram em outro Fundo Privado do qual até então não sabemos se é rendimento positivo ou não.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Sugiuro a Vossa Excelência solicita à Mesa para convidar o Reitor da Universidade para que depois do recesso venha a esta Casa para prestar contas a respeito dos convênios que estão sendo devolvidos.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Acho que poderíamos começar pela Comissão de Educação. É importante valorizarmos as Comissões. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Senhor Presidente, uso a Tribuna desta Casa, pela primeira vez como pré-candidato à Prefeitura Municipal de Boa Vista. Hoje, meus colegas Deputados Estaduais, servidores da Assembleia Legislativa, amigos da imprensa, amigos e amigas que ocupam as galerias da nossa Casa, convido-os para, na sexta-feira no dia 29 no CTG, participarem da Convenção dos Partidos que compõe um grupo de oposição ao Governo do Estado, quando se confirmado o nosso nome como pré-candidato à Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Senhor Presidente, senhoras e senhores servidores, do fundo do meu coração desejo que, independente do meu nome ser confirmado ou não na sexta feira, mas acredito que, será confirmado, esta campanha seja na base de ideais, ideias e propósitos, que se coloque de fato nas ruas propostas de governo, ações de governo, que as promessas expostas na campanha sejam efetivamente cumpridas quando eleito. É o nosso desejo, esse é o nosso objetivo. Não quero em hipótese alguma, Deputados Flamarion Portela, Ionilson, Joaquim, Gabriel Picanço, Brito Bezerra, Diego, Sampaio, Aurelina, Célio, Marcelo Natanael, Erci de Moraes, Remídio, Presidente Chagas e Deputado Jalser que estão no Plenário, os Senhores, aqui são testemunhas do meu comportamento, assim como são meus testemunhas os servidores da Assembleia Legislativa, de que o Deputado Mecias de Jesus, em nenhum momento de sua vida pública, saiu prometendo algo que não pudesse ser feito, de que o Deputado Mecias de Jesus saiu prometendo maravilhas para enganar alguém depois. Reunirmos a nossa equipe e os presidentes de partidos que vão nos apoiar, cerca de 15 partidos, estamos elaborando um plano de Governo, e se o nosso nome for confirmado na Convenção no dia 29, esse plano de governo será distribuído para população de Boa Vista. Tenho orientando a nossa equipe, os presidentes de partidos, para que coloquem neste plano, olhando o orçamento da Prefeitura Municipal e colocando nas propostas de governo do município somente aquilo que de fato pudermos fazer, não faremos nenhuma promessa mirabolante para não sermos chamados de mentirosos também, não faremos nenhum acordo e nenhum compromisso que não possa ser cumprido. Não irei prometer à população da minha cidade que farei coisas que não sou capaz de fazer. Quero uma saúde melhor, com medicamentos nos postos médicos, com médicos, enfermeiros, servidores qualificados e com atendimento de ponta, para que a população possa sair dos postos médicos devidamente atendida pelo servidor público. O servidor público só atende bem a pessoa, se ele de fato estiver sendo bem remunerado, se de fato estiver sendo bem pago, se estiver sendo respeitado pelo seu patrão.

Então, Senhor Presidente, é do nosso interesse tão logo consigamos passar na nossa convenção, nos reuniremos com os servidores da Prefeitura Municipal, e, urgentemente, elaborarmos um plano de cargos e carreiras para todas as Prefeituras, plano único, mas que possa valer para os quatro anos, valorizando os servidores das Prefeituras de todos os municípios. Servidor contente, feliz, é aquele que respeitado pelo seu patrão. E quanto aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado, embora nunca se agrada 100%, nem Jesus Cristo conseguiu, mas tenho certeza que construí grandes amigos, fiz tudo que podia pelos servidores da Assembleia Legislativa e pelo nosso Estado. Quero melhor educação para nosso município, estrutura física, aliás, ela em si só, não é a mais importante, o mais importante além da estrutura física é que o ensino seja de qualidade, que os professores estejam qualificados e estejam, acima de tudo, bem psicologicamente, para poder ministrar uma boa aula, e isso só acontecerá se ele tiver o respeito do Prefeito Municipal e da equipe de governo, nós vamos cumprir, atender esta parte, inclusive, merenda escolar de qualidade, com vagas para todas as crianças, pois é inadmissível, eu fiquei muitos anos sem ter o direito de frequentar uma sala de aula, jamais permitirei

acontecer uma situação semelhante se for aprovado, como candidato na convenção, se eleito Prefeito, jamais permitirei que na minha cidade falte vagas para os alunos nas escolas.

Saneamento básico, todos aqueles que moram em Boa Vista, convivem, enfrentam pontos de alagamento de hoje, são os mesmos de 10 anos atrás, 12 anos atrás, não tem nenhuma rua nova que não esteja alagando agora, ou que as ruas de 12 anos atrás não alaguem. O Deputado Brito Bezerra, traz sempre reclamações sobre as condições de ruas que prejudicam empresários, população, é desde o ano passado ele vem cobrando, essa situação não começou agora, está instalada há mais de 12 anos. Boa Vista é linda, vai continuar linda, nós vamos manter os jardins, se confirmado candidato na nossa convenção, nós queremos transformar Boa Vista toda em um jardim, da qual as pessoas possam se orgulhar, sentir prazer de morar em Boa Vista, de ter nascido em Boa Vista.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – O meu partido, PV, Deputado Mecias, vai coligar com o PDT, é o partido cabeça de chapa, e o vice é do nosso partido. Mas do fundo do meu coração, como seu colega de Parlamento, como seu amigo há mais de 30 anos, quero desejar-lhe todo sucesso na sua campanha, e peço a Deus que lhe dê sabedoria, experiência, para que seja uma campanha de alto nível, mas quem ganha, acima de tudo, é o povo de Boa Vista. Desejo sucesso nessa sua nova jornada, talvez seja este o maior desafio de sua vida, com maior responsabilidade que Vossa Excelência vai assumir. Espero que venha a governar a Capital do nosso Estado. Então, desejo sucesso na convenção, e peço a Deus que lhe dê muita saúde e sabedoria para enfrentar esse embate democrático. Parabéns.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua. Muito obrigado, Deputado Joaquim.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputado Mecias, parabênizo Vossa Excelência pela coragem de alcançar lançando sua pré-candidatura a Prefeito de Boa Vista, deseje-lhe muita sorte, que Deus ilumine seus caminhos. Vossa Excelência é uma pessoa determinada, decidida, que tem respeito da comunidade de Roraima. Tenho certeza que, se o povo lhe confiar essa oportunidade vai estar em boas mãos, que nunca o senhor vá prometer nada daquilo que não poderá cumprir. Parabênizo-o pelo seu discurso, pela sua posição, se mantenha assim, que o povo de Roraima irá reconhecer.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua. Obrigado, Deputado Gabriel, solicito ao Setor de Taquigrafia que insira todos os apertes em meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Mecias de Jesus, sexta será a convenção que com certeza o nome de Vossa Excelência será declarado candidato a Prefeito ao Município de Boa Vista. Desde já, como líder da oposição, como Deputado Estadual desta Casa, quero dizer a Vossa Excelência que terá o apoio incondicional de todos nós, os oito Deputados aqui nesta Casa, trabalharemos para Vossa Excelência para o povo de Boa Vista ter um Prefeito na sua qualidade, que trabalhe em favor do povo, para atendê-lo na saúde, educação, segurança, para viver com respeito e dignidade. Vossa Excelência é um parlamentar atuante, tem palavra, honrado e compromissado, todos confiam em Vossa Excelência, pois ações, propostas firmadas nos panques, nas casas das pessoas serão cumpridos na administração de Vossa Excelência. Todo grupo de oposição liderado pelo ex e próximo governador Neudo Ribeiro Campos e por Vossas Excelências que aqui estão, das lideranças deste Estado e município, irão trabalhar diuturnamente com propósito de resgatar a qualidade de vida do povo do município. Há, pois, um grande desafio para enfrentar e vencer, visando colocar Vossa Excelência naquela prefeitura, empenhamos o nosso compromisso de trabalhar incansavelmente pelo nosso município, embora sem dinheiro, mas temos a coragem, compromisso, bravura, honra e vontade de propiciar ao povo de Boa Vista, mais conforto, melhores condições para uma vida mais feliz. Parabéns para Vossa Excelência, conte comigo e toda bancada de oposição.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Coronel Chagas – Deputado Mecias de Jesus, Vossa Excelência, como parlamentar, demonstra uma pessoa preparada, tem um histórico ao longo de oito anos na Presidência desta Casa, atesta seu caráter, seu espírito de liderança, que se repercute em todos os setores da sociedade, convence a todos que sua candidatura contribuirá positivamente o processo democrático na nossa Capital. Cabe-nos, pois, desejar-lhe muita sabedoria, equilíbrio e determinação e, assim, terá o merecido sucesso nessa caminhada. Neste processo democrático, é o cidadão boa-vistense que vai poder optar conforme as propostas colocadas nesta campanha.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua. Obrigado, Deputado Chagas, agradeço as palavras, Vossa Excelência demonstra ser um brilhante Deputado ao conduzir os trabalhos desta Casa com muita habilidade, firmeza dentro dos padrões democráticos, com ética e respeito a seus colegas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu querido Deputado Mecias de Jesus, Vossa Excelência está ciente da luta que vai enfrentar, quer dizer, é mais uma luta na sua vida. Vossa Excelência, nascido no interior do nordeste e só o fato de ter sobrevivido, subsistido tantas e tantas dificuldades, já é uma glória. Vossa Excelência, com certeza, como muitos conterrâneos do nosso querido e respeitado Maranhão, onde, pela manhã, buscava no roçado o feijãozinho de cada dia, arroz, milho para criar uma galinha. Vossa Excelência, depois, veio para o sul de Roraima, saía de São João da Baliza, a pé, ou mesmo numa bicicleta para fazer rancho em Caracará, muitos foram os obstáculos, mas os venceu corajosamente. Neste momento, propõe-se enfrentar uma luta, luta dura, luta árdua, não diferente de muitas e muitas já suplantadas, vencida, construindo vitórias em muitas e muitas delas. Portanto, de forma clara, explícita e pública, declaro que Vossa Excelência tem nosso apoio para percorrer cada pedacinho do município, para acompanhar de casa em casa, o nosso apoio para comprovar à população que Vossa Excelência tem condições, preparo e outros predicados exigidos para ser gestor do nosso Município. Vossa Excelência conduziu esta Assembleia durante muitos anos, através dos quais, adquiriu respeitabilidade, competência, firmeza, alto conceito perante seus pares, que confirmam de forma clara a sua atenção: o que o Mecias de Jesus diz, Mecias de Jesus cumpre. Espero que esta campanha seja conduzida neste espírito. Que Deus abençoe a sua trajetória.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua – Obrigado, Deputado Flamarion, Vossa Excelência até me faz recordar quando tinha 12 anos de idade, quando chegamos no Sul do Estado. De fato, fomos de bicicleta fazer rancho em Caracará, mais de 150 KM de distância, para o meu pai poder manter nossa família. A vida é feita de desafios, e este é um grande desafio que me foi colocado pelos companheiros de partido, embora em nenhum momento pedi para ser candidato a Prefeito de Boa Vista, mas é uma honra muito grande para mim. E os partidos aliados, cerca de 15 partidos, decidiram que estariam comigo se eu fosse o candidato escolhido. Portanto, não poderia me furtar ao apelo dos partidos que estão se propondo a se coligar conosco para nos apoiar na convenção do dia 29. Portanto, aceitei o desafio por acreditar na boa vontade, na determinação, na coragem de fazer mudar a realidade do povo de Boa Vista, nós precisamos mudar e nós vamos apresentar proposta de mudança para o desenvolvimento de Boa Vista. Quanto à segurança pública, que Deputado Brito Bezerra citou, nós queremos preparar a guarda municipal, através de convênio com a polícia militar e com a polícia civil, para auxiliar a polícia militar e a polícia civil. Esse é um desafio, não podemos deixar a guarda municipal sem ter uma função objetiva. Vamos orientar os fiscais de trânsito do Município para que antes de multar o cidadão, é preciso conscientizar o cidadão, o pai de família, visto que uma multa pode causar-lhe transtorno, e, talvez lhe cause um problema sério. Portanto, através de campanhas de conscientização, vamos preparar nosso povo durante quatro anos. É outra ação que posso garantir a vocês, não renunciarei o mandato para ser candidato a governador, senador, nem a vice, se for ungido na convenção e for eleito, cumprirei o mandato de quatro anos, pois não está nos nossos planos a renúncia, sei que não é isso que o povo quer. Portanto, também, sendo ungido na convenção, e se escolhido Prefeito de Boa Vista, dar a todos os Secretários Municipais autonomia administrativa e financeira, autonomia para que cada um possa gerir seus recursos, que os recursos para educação sejam realmente aplicados exatamente na educação. Vamos cobrar, sempre que sentirmos não haver melhora, que os servidores não estão contentes, que os alunos e as famílias não estiverem satisfeitas. Buscaremos alternativas, mudaremos o Secretário e colocaremos alguém que saiba gerir os recursos da educação. Da mesma forma na saúde e em todas as secretarias, cada secretário deverá ter autonomia, porém, cobraremos dele para que faça o melhor para o povo do Município.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Mecias, embora Vossa Excelência saiba que sou homem de partido, mas devido às circunstâncias estaremos em palanques opostos. Entretanto, pelo convívio, o seu procedimento, despertou respeito que passei a ter por Vossa Excelência ao longo destes anos na

Assembleia, quero dizer que soaram muito bem no meu ouvido as suas palavras iniciais quando Vossa Excelência se comprometeu realizar uma campanha de proposições, propostas e ideias. Acho que esse é o patamar, cada um de nós, enquanto homens públicos, devemos dar o exemplo nas nossas campanhas, que, quase sempre, se caracterizam por outros fatos bem menos dignificantes. O povo quer, são propostas, ideias, ação, o fazer dentro do possível. De modo que quero desejar a Vossa Excelência uma campanha no nível que Vossa Excelência está propondo. Que possamos, com isso, ver Vossa Excelência mais uma vez dar uma contribuição importante ao Estado, onde, tanto você como eu, somos migrantes, escolhamos este Estado para viver e desenvolvê-lo. Acho que dessa forma vamos contribuir para aperfeiçoar a democracia que, entre todos é o melhor regime. Então, quero, como seu colega, desejar-lhe uma campanha de êxito, seja vitorioso ou não nas urnas, sirva como uma vitória pessoal na sua carreira política.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus continua – Obrigado, Deputado Erci, agradeço-lhe, Vossa Excelência me deixou uma lição muito importante, que tenho conservado vivo sempre comigo. Certa vez ele falou que “na política a gente tem que ser no máximo adversário”. E isso, Deputado Erci, é o que eu tenho procurado fazer, no máximo adversário, por que de fato temos adversários, mas não podemos transformar o palanque em ringue de briga pessoal, temos que transformar o palanque e a tribuna da Assembleia Legislativa em palco de ideais e propostas. Como Vossa Excelência já disse, se for vitorioso estarei na Prefeitura, caso não for, continuarei aqui como Deputado Estadual, o essencial é que o povo de Boa Vista. E que o vitorioso cumpra o que prometeu, cumpra os quatro anos, na íntegra, que não renuncie em respeito à nossa gente.

Por fim, Senhor Presidente, agradeço a todos os colegas, convido mais uma vez as pessoas aqui presentes para, no dia 29, participar da nossa convenção, no CTG, a partir das nove horas da manhã, onde esperamos ser ungidos e escolhidos candidatos a Prefeito. Na oportunidade anunciaremos o nome do candidato a vice-prefeito, mas posso garantir a vocês que o nosso candidato a vice-Prefeito será uma pessoa de Roraima, que ama Roraima, que trabalha pelo nosso Estado. É o compromisso que quero firmar com vocês. Pode até ser que ele não seja muito conhecido da população, mas é como nós, ou nasceu aqui ou veio para cá, vive aqui e pretende ficar definitivamente. Finalizando, parabéns ao Deputado Chico Guerra, meu amigo pessoal, que aniversaria hoje. Desejar-lhe muita sorte e muito sucesso, e que a nossa amizade pessoal é intocável. Peço a Deus que lhe dê muita saúde e sabedoria para continuar conduzindo os destinos desta Casa. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Gostaria de cobrar da Mesa o Projeto Cuidar. A Primeira Dama do Estado esteve na Assembleia, em reunião com os Parlamentares, pediu urgência na aprovação do projeto, que projeto tem recursos federais, é uma parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, há prazo para ser cumprido, e caso o Projeto não for aprovado agora vai prejudicar centenas de crianças do nosso Estado que têm problema de desnutrição, principalmente crianças das áreas indígenas. Ontem, conforme assistimos aqui, eles precisam de uma alimentação melhor. E, através do projeto “Cuidar”, é um projeto, lhes será disponibilizado leite, acompanhamento médico e cursos, o projeto é excelente, iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, através da Secretaria de Trabalho do Governo do Estado, ele foi redimensionado para as necessidades de Roraima. Então, o projeto encontra-se na Casa há mais de vinte e cinco dias, precisamos votar o projeto ainda neste semestre para atender essa demanda que se encontra no IDH do nosso Estado. Faço apelo a Casa para que coloque em votação amanhã. Tenho certeza que todos os parlamentares votarão favoravelmente, em favor das crianças e as famílias que mais precisam no nosso Estado.

Quero deixar um protesto à Mesa quanto à formação das Comissões para sabatar as pessoas indicadas pelo Governo para exercer cargos nas instituições públicas no Estado de Roraima. Não é justo, se não me falha a memória, eu sou o único professor, dentro de instantes vai ser sabatinado na Comissão Especial o Reitor da UNIVIR. Foi escolhido colega que entende de agricultura e do agronegócio mas não entende de educação. Existe a Comissão de Educação, e o que faz o Presidente da Casa? Escolhe pessoas que não fazem parte da Comissão de Educação, eu sei que não é obrigado serem os membros da Comissão da Educação, mas os que têm o perfil voltado para a educação geralmente são indicados pela Mesa para sabatar os que têm conhecimento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Tomando o gancho da sua fala, eu quero dizer que nós temos um

Regimento, inclusive, há lideranças de bancadas, sempre discutimos na bancada de oposição que a Mesa procura o Líder da oposição e dentre os nomes colocados fazemos uma discussão interna e o nosso líder indica. Eu concordo com Vossa Excelência. Quando vem discutir segurança pública e que a oposição tem que indicar membro, geralmente estarão o Sargento Damosiel e eu. Mas eu não posso dizer a Vossa Excelência, que faz parte da base governista, o que o Líder da Base governista tem que fazer. Nós temos usado essa metodologia por achá-la mais democrática. Então quero juntar-me a Vossa Excelência e sugerir que a Mesa ao formar as Comissões chame as lideranças das bancadas para indicarem os membros.

Acho também que a Mesa não pode chegar e apontar os membros, mas convida as lideranças para que elas indiquem os membros da Comissão, respeitando a proporcionalidade da Bancada que compõe esta Casa. Aproveito o momento para cobrar da Mesa Diretora vários Requerimentos de minha autoria, um deles pedindo ao Comandante da Polícia Militar e ao Delegado-Geral a disponibilidade do nome e a lotação de policial neste Estado, indicando o local, incluindo soldado, agente. Também solicitei informações à Secretaria de Saúde, sobre os últimos dois anos de contratos feitos na saúde, os medicamentos que foram comprados, licitações, quem ganhou, quem perdeu e, simplesmente, não obtenho resposta. Como nós vamos diretamente com o Secretário e presidente de autarquia, eles deixam o recado que não vão atender porque não foi aprovado em Plenário. Quando é aprovado em Plenário, não temos uma resposta, ou que sim ou que não, porque se for não, vou para a justiça com habeas data buscar essas informações que são de direito de qualquer cidadão, e o dever do parlamentar eleito buscar essas informações para exercer seu papel de fiscalizador. Então, quero me somar a Vossa Excelência nesse processo fiscalizador.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Deputado, endossei essa solicitação, votei junto com os Parlamentares, cobrei do Secretário, também, cobrei da Mesa, porém não recebi resposta. Eu, como Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, acompanhei essas reivindicações e cobrei, mas não obtive respostas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, me junto ao seu posicionamento, para que, como Vossa Excelência é Presidente da Comissão de Educação, o Senhor deveria, no mínimo, ser consultado para indicar alguém. Também faço parte da Comissão, mas não fomos consultados. A Casa deverá consultar os Deputados das áreas afins. Acrescento dizendo que não está deselegante esse tipo de condução para a sabatina dos possíveis ocupantes a cargos dentro das autarquias do Governo do Estado. Sugiro que seja olhado com mais critério, com mais cautela, para que tenhamos voz no direito de opinar nosso posicionamento.

O Senhor Deputado Jalsner Renier – Deputado Joaquim, ao apartear-lo, quero dizer-lhe que concordo com o Senhor quando apresenta a sua contraposição ao que foi apresentado, mas o regimento Interno da Assembleia, quando criadas as Comissões, voltado principalmente, para analisar nomes de fundação, de autarquias, de empresas de economia mistas. Na verdade, o Regimento, no seu artigo 43, ampara que o Presidente presente em Plenário uma Comissão Especial. De cunho monocrático do próprio Presidente da Assembleia, a decisão de formar a Comissão. Quando se fala que pode entrar em um entendimento, aí eu concordo com Vossa Excelência, é quando, por exemplo, existe alguém ligado a alguma estatal, e o segmento daquela estatal é afim. Vamos analisar qual é a Comissão que se encaixa naquele perfil. E, então, comunicar ao Presidente e pedir-lhe que apresente um nome, respeitando as composições partidárias. O Regimento também ampara as questões partidárias. Toda a Comissão Geral, toda Comissão Especial, tem que obedecer o rito da quantidade de Parlamentares nos partidos. Isso diz o Regimento, apesar de não recordar com o artigo que descreve. Mas, quero dizer a Vossa Excelência que, nesta parte, o presidente tem cumprido o rito que o Regimento ampara. Não sei se Vossa Excelência sabe, mas o nosso Regimento é extremamente presidencialista e, em algumas situações, o Presidente até democratiza algumas questões. Mas, outras, em razão às vezes do tempo, porque constitucionalmente por aquela PEC que nós criamos aqui dentro desta Casa, aprovada pelos Senhores Deputados, nós temos data, dia e hora para analisar as pessoas quando dão entrada na própria Assembleia, sob pena da própria Assembleia se omitir. Então, só quero dizer a Vossa Excelência que eu concordo com essa divergência que Vossa Excelência abre, acho que vai mais de uma sensibilidade do que uma questão operacional porque no quesito, na questão técnica e operacional do Regimento, a comissão está correta e está sendo criada

obedecendo aos níveis partidários. É o que eu queria apresentar a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Deputado Jalsner, eu não conheço o Regimento Interno da Casa como Vossa Excelência, porque já tem mais tempo de mandato do que eu. Mas, o pouco que eu conheço de Regimento, cabe ao Líder do Governo indicar um parlamentar do Bloco da situação. Se eu fosse convidado para presidir ou participar de uma comissão que teria a ver com algo que é da saúde pública, com algo que é da engenharia, eu como parlamentar iria dizer que não aceito porque não entendo dessa área. Agora, é inadmissível que, quando vai colocar para sabatar alguém que é da área de educação do Estado cuja área é a minha formação acadêmica, em cuja área eu tenho Pós-Graduação e vai ser presidida por parlamentar ligado à agricultura. Não tiro a capacidade do parlamentar, mas de agricultura eu não entendo, só entendo de frutas e daquilo que é produzido no campo para comer porque não é a minha formação acadêmica. Quando se criam as comissões especiais no Senado, na Câmara e nas outras Assembleias, geralmente, a Mesa, quando vai indicar os membros das comissões especiais para sabatar os que vêm do Governo do Estado, geralmente, os coloca nas comissões, onde os Parlamentares que têm a sua afinidade intelectual para aquela área.

Eu queria encerrar sobre o tema de ontem que foi abordado na Audiência Pública, pois não tivemos um momento para colocar aquilo que a gente acha, aquilo que a gente pensa. O Governo do estado, em convênio com o Governo Federal, a partir deste ano, irão construir 68 escolas nas áreas indígenas do nosso estado, e recuperar mais 100 escolas. É um projeto que foi apresentado ao MEC priorizando em nível de Brasil as comunidades indígenas e as comunidades de mais difícil acesso para que se dê um ensino de qualidade para as nossas crianças.

Então, como isso, eu quero me referir, Deputado Célio, como Vossa Excelência é médico, aos dois últimos anos, quando o Governo Federal liberou 13 milhões para a área de saúde pública indígena no Estado de Roraima. Por que não faz esse convênio, Deputado Célio? Perguntei ontem ao General, quando estava saindo, se havia algum empecilho. Eu pesquisei também para ver se havia algum empecilho. E não há. Por que trazer uma ONG, para cuidar da saúde dos nossos irmãos índios? Se o nosso exército já atua em Bonfim, em Normandia, no Uiramutã. Por que não faz convênio com o nosso exército? Nós vamos ter médicos permanentes nas áreas indígenas. Nós vamos ter enfermeiros, dentistas, como nós já temos em Bonfim e Normandia, onde tem unidade militar médica do nosso exército. Por que não pega esse dinheiro e faz o convênio com o nosso exército? Com certeza, ele vai dar um atendimento de saúde de alto nível, igual ao atendimento de saúde que nós temos aqui. Mas, não, prefere-se buscar uma ONG. Prefere-se fazer um convênio com o CIR, eu ia colocar isso ontem mas como eles saíram... Eu ia cobrar do CIR, que deu o dinheiro da saúde. 60% fica aqui em Boa Vista para pagar salários.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Apenas para lembrar a Vossa Excelência que o seu tempo já se esgotou.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Deputado Chagas, eu prestei bem atenção, o Deputado Mecias falou 22 minutos e 50 segundos. Nós temos que ser iguais aqui.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – O tempo destinado a cada Parlamentar é de 15 minutos. Mas, como houve muitos apartes no pronunciamento do Deputado Mecias de Jesus, é que se estendeu um pouco mais. Apenas para lembrar que Vossa Excelência tem um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Eles falaram sobre merenda regionalizada. Se a coordenação indígena fizer o trabalho com o dinheiro direto na escola, não precisa regionalizar a merenda porque o dinheiro do Governo Federal já vai direto para escolas. O Governo do Estado fez a vacinação de todo o gado nas áreas indígenas. Está implantando três cursos superiores em áreas indígenas. O Governo do Estado está fazendo o papel e a parte que lhe cabe. Mas o Governo Federal está ausente. Não é só demarcar e se retirar. Para demarcar as áreas indígenas do nosso Estado, já são 46%, é preciso fazer um projeto de desenvolvimento. Eu escutei aqui, os irmãos índios falando em projeto de desenvolvimento sustentável. Mas o nosso grande problema nas áreas de serras que compõem o Uiramutã, Pacaraima, que compõe Normandia, é o beribéri. Vossa Excelência que é médico, o que é o beribéri? É desnutrição. Como se resolve isso? Em dois projetos simples, baratos, e fácil de atender. É o Projeto Caipirã, para criação de galinha caipira para as comunidades e a Piscicultura. Eu não preciso de grandes espaços. Não preciso ter problema com o

meio ambiente. E eu preciso colocar alimento para essas comunidades que não têm o que produzir, o que plantar. Outros assuntos que também ia colocar em relação a melhorar a qualidade de vida de nossos índios.

Senhor Presidente, O Governo Federal, se quisesse resolver o problema do transporte, do escoamento da produção, o problema do atendimento de transporte escolar nas áreas indígenas, basta a FUNAI fazer um convênio com o exército para que ele desse manutenção em todas as estradas que compõem as áreas indígenas de nosso Estado. Isso não é mágica, Deputado Célio. A FUNASA tinha que cuidar da saúde em convênio com o exército. E a FUNAI faria um convênio para que o nosso exército, como faz em Santarém, no Pará, atendesse as comunidades indígenas referente às condições de tráfego das estradas, onde o exército tem facilidade de entrar. Enquanto o Estado tem dificuldade de executar.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Quero informar ao Deputado Joaquim Ruiz que, no tocante à criação de Comissão Especial Interna, nos termos do Artigo 31 do Regimento Interno, nas constituições da comissão, é assegurada a representação proporcional das bancadas ou dos blocos parlamentares. No caso em questão, foi observado. É claro que é de bom alvitre colocar parlamentares das comissões afins ao tema que se propõe. Agora, também, as comissões têm que acompanhar as matérias que dão entrada nesta Casa, e demonstrar interesse em participar. Com certeza, a Mesa Diretora e o Presidente desta Casa vão proceder, até porque eles têm conhecimento mais apurado sobre o tema.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Eu gostaria de recorrer a Vossa Excelência que a Sessão, na verdade, seja suspensa para formar a Comissão Geral, visando dar andamento a alguns projetos que constam na pauta.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 026/12, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, e dá outras providências”; de autoria Governamental.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 026/12.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – De acordo com o Artigo 23 do Regimento Interno, parágrafo 3º, o Presidente poderá a qualquer momento fazer comunicação de interesse da Assembleia do Estado.

Gostaria de pedir à Deputada Aurelina Medeiros que tome assento à presidência, enquanto apresento o meu pronunciamento da Tribuna.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhora Presidente, Deputada Aurelina Medeiros; Deputado Jalser Renier, Primeiro Secretário; Senhores Deputados, plateia aqui presente, imprensa, funcionários. Hoje, ao acordar, inclusive, no dia do meu aniversário, eu ganhei um presente e tanto da Folha de Boa Vista. Eu entendo que a imprensa séria, jornalista que é jornalista, com jota maiúsculo, quando recebe uma denúncia contra um poder, contra uma pessoa, contra qualquer instituição, ele tem o dever de, primeiro, investigar a informação. E a Folha de Boa Vista colocou aqui uma informação completamente errada sobre a Assembleia Legislativa. E amanhã, quando eles corrigirem, as pessoas que leram hoje não vão ler amanhã. E aí fica a Assembleia Legislativa sendo motivo de chacota em tudo que é lugar. Olhem, o que a Folha publicou: “Marketing 1: A Assembleia Legislativa de Roraima agora conta com a coordenação de um marketing, cuja titular é a jornalista Carla Pinheiro. O novo órgão conta com um orçamento de 12.5 milhões, sendo que quatro milhões e meio são destinados à produção e veiculação de publicidade de TV. E oito milhões, destinados à imprensa, de modo geral. Marketing 2: Um analista político ao ver o número da coordenação de marketing fez as contas. Esses 12.5 milhões representam 13.5 do orçamento da Assembleia. Nem as Casas Bahia destinam um valor assim para sua publicidade de marketing. Se fosse verdade, seria isso mesmo. Primeiro, ele está desatualizado com relação às Casas Bahia, pois não é menos de 1 bilhão de reais por ano que as Casas Bahia gastam.

Mas o que eu quero dizer é que desde o primeiro dia em que eu tomei posse, como Presidente, de lá para cá, não houve nem um dia que não tenham sido publicados os atos no diário oficial da Assembleia nos dias úteis. Eu desafio qualquer jornalista, que faça uma pesquisa e veja se isso não é verdade. Todos os atos desta Casa são publicados.

Neste sentido, a partir do final do mês, nós vamos publicar, obedecendo à Lei, até o final do ano, vamos estar publicando até as vírgulas. Eu não aceito esse tipo de acusação de forma nenhuma. Essa empresa ganhou sim, pois o edital teve mais de 20 recursos e a empresa saiu vencedora. E o contrato é de três milhões e vinte e cinco mil reais. Portanto, tem aqui uma diferença de nove milhões, colocada maliciosamente em cima da Assembleia porque aqui não se manda prender ninguém, aqui não se tem caneta para dar nada para ninguém. Por isso, o que o Poder Legislativo é o que mais paga conta. É o único ladrão desse País. Eu não vou aceitar esse tipo de acusação barata e covarde contra o Poder Legislativo. Eu estou aqui para cuidar da imagem do Poder Legislativo e da imagem dos meus Deputados, não vou permitir que qualquer órgão de comunicação faça como a Folha de Boa Vista. Portanto, fica aqui o meu repúdio para que fato dessa natureza não se repitam, caso ocorrer de novo, nós vamos para a justiça para que a empresa responsável pelo órgão de comunicação pague pela calúnia ao Poder Legislativo.

Aparte ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Meu querido Presidente Guerra, só para complementar o pronunciamento de Vossa Excelência. Há pouco tempo li o contrato, e como também já peguei o empenho que Vossa Excelência citou, realmente são três milhões de reais para doze meses. É bom deixar isso bem claro, não é um montante para um mês só ou para um período de três ou seis meses, pois quando se divide isso nós vamos ter menos de duzentos mil reais por mês. A Assembleia Legislativa ultimamente de certo tempo para cá em comum acordo com o Ministério Público, e conversando com os órgãos de controle, tem realmente praticado no seu dia a dia a transparência no sentido de divulgar qualquer matéria no Diário Oficial. Tanto é que, quando um Deputado viaja em missão pela Assembleia Legislativa a sociedade fica informada para onde ele foi, quantas diárias foram pagas. É uma coisa que a sociedade vai exigir cada vez mais porque a Lei da Transparência está aí. A sociedade tem o direito de saber como o seu dinheiro é gasto. Eu louvo a atitude de Vossa Excelência de subir à Tribuna para esclarecer, dizer a verdade, talvez, até o jornalista obtivesse uma informação equivocada.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Toda e qualquer agressão a esta Assembleia terá uma reação imediata de seu Presidente. Não vou aceitar esse tipo de acusação barata, espero que o dono desse jornal que eu o tenho como uma pessoa séria e de bem, puxe a orelha desse jornalista. Muito obrigado.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Faço minhas as suas palavras com relação à matéria hoje publicada no jornal local. Não é de se estranhar, não é a primeira vez que se ataca sem o fundamento da verdade esta Casa, fatos que nos entristece extremamente e, talvez, agora, quando nós formos felizmente, um Poder comparado às Casas Bahia, acho isso, assim, até meio sem fundamento, talvez esta Casa tenha resolvido fazer o pronunciamento que Vossa Excelência fez. Acho que a imprensa tem liberdade de expressão, tem tudo isso, não temos dúvidas, mas sabemos também do compromisso que temos com a verdade, não deixarmos margens à publicação de fatos que nos venham denegrir a imagem. É fácil acompanhar as ações da Assembleia, não tem como escondermos situações desse tamanho embaixo do tapete. Esta a minha interferência em apoio a esta Casa, e parabéns Vossa Excelência pelo seu aniversário hoje. É lamentável o presente que você recebeu logo cedo, mas isso também faz parte enquanto Poder Público. Então, meus parabéns a você, também ao Wanderlan, que está aniversariando. Não sei se amanhã o Deputado Célio estará aqui, desde já quero parabenizá-lo, pelo seu aniversário amanhã. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Chico, eu vou substituir “Deputado”, por meu amigo Chico. Eu lhe conheci ainda muito jovem, tenho orgulho de ter uma convivência de amizade pessoal com o seu pai, o velho Guerra, sua mãe, professora de uma vida exemplar. Sou testemunha que Vossa Excelência aprendeu com exemplos dessas duas pessoas fantásticas que, também tive o privilégio de conhecê-los e conviver. O ensinamento transmitido por eles que Vossa Excelência observou e hoje são os exemplos que transmite à sua família. Pela sua conduta, não merecia no dia do seu aniversário, passar por essa situação, causada por uma reportagem distorcida. Imagine só o que a Deputada Aurelina já sofreu aqui, como mãe, como mulher, como parlamentar, toda a sua história aqui no nosso Estado. Eu fui um dos primeiros a me solidarizar, antes de ocupar a Tribuna, aqui, com vossa Excelência, reforçado pela nossa amizade também de mais de 30 anos. Então, Deputado, não leve isso para a tristeza do seu

coração, transforme esse fato em alegria de tantas coisas que Vossa Excelência já passou na sua vida. Mas, o que eu quero mesmo é lhe desejar feliz aniversário, que o Velho lá de cima, esteja olhando com carinho, colocando a mão na sua cabeça, dizendo que valeu a pena ter esse filho, como você é também orgulho de sua mãe que tem um filho com tantas qualidades. Parabéns pelo dia do seu aniversário.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Presidente Chico Guerra, quero parabenizá-lo duplamente. Primeiro, evidentemente, pelo seu aniversário, que consiga continuar nessa sua trajetória como homem público, como pai de família, com muita garra e com muita saúde, que Deus lhe dê uma vida longa; o outro motivo da parabenização é, por assim dizer, o presente de grego que Vossa Excelência recebeu da nossa imprensa, o que é profundamente lamentável, daí, eu manifestar-lhe o meu irrestrito apoio. É, pois, desta forma que nós vamos fazer com que este Poder seja sempre respeitado, com a resposta pronta, objetiva, veemente e oportuna. Acho que é por aí o caminho. Se nós estamos agindo cada vez mais com maior transparência, é para manter a sociedade informada, a par do que acontece neste Poder, onde atuam homens de bem, conscientes das suas responsabilidades públicas. Portanto, lamentamos esse comportamento equivocados, embora amanhã virão respostas se justificando, mas aí o leite já foi derramado, quando parcela da opinião pública vai passar imagem de que a notícia não verdadeira era real. Então, por essa atitude parabênico mais uma vez Vossa Excelência. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, me solidarizo com Vossa Excelência pela sua posição na questão da Casa, considerada injusta, mas como hoje é seu aniversário, esqueça isso, teu passado diz tudo, nós temos muita coisa em comum, a única diferença nesse sentido é que você passou pelos padres e eu não passei, mais a gente tem uma história de vida, sempre procuramos respeitar a família, eu fico feliz em ser seu companheiro durante todos esses anos, convivi mais com você do que com meus próprios irmãos, aprendi a admirá-lo e respeitá-lo como companheiro e amigo que somos. Quanto à publicação, tenho certeza que o jornalista foi infeliz, por não checar a informação, mas a sua característica atuante e responsável como Presidente da Casa, confere-lhe dignidade e respeito pela coisa pública, que é do conhecimento da sociedade. Não é à toa que Vossa Excelência já se reelegeu seis vezes consecutivas. Desejo que seja extremamente feliz.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente quero parabenizá-lo por mais um ano de vida, desejo-lhe saúde e sucesso, o mesmo para o nosso amigo Wanderlan que diariamente, nos

ajudando, um dos grandes colaboradores que temos aqui na Assembleia. Desejo a ambos, sucesso, saúde e muita paz. Diante do fato noticiado na Folha de Boa Vista, manifesto o meu repúdio, considero um fato isolado. Defendo a imprensa, defendo todos os órgãos de controle social. É notória a vontade sua, desde quando assumiu esta Casa, deixar tudo transparente, isso é lei, e nós estamos adequados à vontade da sociedade, e toda ação se baseia na legalidade nesta Casa. Infelizmente, fatos como este já aconteceram comigo, e com outros Deputados, em decorrência de profissionais mal informados, às vezes, mal intencionados publicam algo desse tipo e infelizmente a classe política, em todo o Brasil, embora não seja um grande referencial, mas, às vezes, pessoas sérias, honestas terminam sendo difamados, caluniados e atingidos. Vossa Excelência, mais uma vez demonstra seriedade e compromisso diante dessa Casa. Acredito que o órgão que fez isso deva se retratar.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, tal como os que me antecederam, eu quero declarar a minha satisfação em trabalhar com o Senhor, Vossa Excelência, cujo trabalho é imenso nesta Casa. Onde continuam o Senhor e o Deputado Célio como constituintes. O Senhor no seu primeiro mandato, entrou com 415 votos; no segundo com 1.000; no terceiro, 2.000; no quarto, 3.000; no quinto, 4.000; e no sexto 5.000. Quer dizer, o Senhor sempre apresentou uma votação crescente. A cada nova legislatura, eu fico muito feliz em fazer parte dos seus amigos, pelo prestígio que o Senhor tem aqui dentro é que lhe foi confiado a responsabilidade de dirigir o destino deste Poder. Tenha, portanto a certeza que os amigos representam muito para aqueles que acreditam num futuro de amizade. Parabéns.

O Senhor Presidente Chico Guerra – Agradeço as palavras de carinho, e peço a Deus que me dê vida longa para que eu possa conviver com a amizade de vocês. Muito Obrigado.

E, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 13, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portel la, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 28/06/2012


PROCON
ASSEMBLEIA
A voz do Consumidor